



**O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ DE 2007 A 2012**

EDICELIA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA

**CURITIBA - PR
2015**

UFPR - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

**O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ DE 2007 A 2012**

SOUZA, Edicelia Maria Dos Santos De.
Análise dos trabalhos realizados pela
Universidade Federal do Paraná no período de
2007 a 2012 para averiguar o interesse dos
pesquisadores em relação às comunidades
remanescentes de quilombos na instituição
educacional. Edicelia Maria dos Santos de
Souza, 2016.
Especialização em Educação das Relações
Étnico Raciais

Orientador(a):
Prof^(a). Dr(a).: Edimara Gonçalves Soares

**CURITIBA-PR
2015**

**O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ DE 2007 A 2012.**

EDICELIA MARIA DOS SANTOS DE SOUZA

Aprovado com o grau: _____

CURITIBA-PR,2015

Pareceristas

Professor Dr. Paulo Vinicius Baptista da Silva

Professor Dr. José Antônio Marçal

Ao meu marido Odnilson; minha sogra e
departamento do NEAB Da UFPR.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus.

Quero poder agradecer aos meus familiares que muito me apoiaram nesta caminhada da construção da minha monografia, trabalho muito sério construído com a ajuda de muitas pessoas por que não se constrói uma monografia sozinha. Foram muitas noites escrevendo em meio ao trabalho e o sono, mais a preocupação mental de terminar.

Agradeço ao NEAB por ter me oportunizado o curso Pré-pós e também a Especialização Das Relações Étnico Raciais, pois foi através destes que eu pude construir esta monografia.

Aos amigos e amigas que fortaleceram para que eu conciliasse trabalho e estudo uma jornada complicada, mas gratificante.

Ao meu marido Odilson José De Souza que é o grande responsável por todo o meu curso o Meu Muito Obrigada.

Agradeço muito a minha orientadora Dr. Edimara pelas orientações empenho para a finalização deste.

O QUE É SER QUILOMBOLA?

O que é ser quilombola?
Embora haja quem diga que não,
É a contemporaneidade que resiste a ideologia do Racismo
A individualidade a marginalização

Povo sofrido, abandonado
E ainda considerado vadio
Não é visto com bons olhos
O que o negro construiu

Todas essas belezas existentes
Pelos tradicionais foram reservadas
E quando delas precisamos somos seriamente penalizados

Terras preservadas até hoje
Considero, pelo um povo soberano
Após tantos cursos de educação ambiental,
Tem gente passando fome

Após a chamada educação ambiental
Só uma coisa está sendo vista
Coisa que não se via em área rural
Má qualidade de vida e um acúmulo de lixo

Como isto acontece?
Não posso dizer agora
Quem produzia seu alimento local
Hoje Busca Tudo Fora.

(ILTON GONÇALVES, Poeta Quilombola)

“Falo De Milhões De Homens Em Quem Deliberadamente Inculcaram O Medo, O Complexo De Inferioridade, O Tremor, A Prostração, O Desespero, O Servilismo. ”

(Aimé Césaire, Discurso Sobre O Colonialismo).

SOUZA, Edicelia Maria Dos Santos De. **O ESTADO DA ARTE DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ DE 2007 A 2012.** n° de folhas _____. Dissertação – Universidade Federal do Paraná. Orientador: Edimara Gonçalves Soares. Curitiba, 2016.

RESUMO

A presente pesquisa verificou o estado da arte na educação escolar quilombola no estado do Paraná nos períodos de 2007 a 2012, detectando seu conteúdo e especificamente as produções acadêmicas que tratam da educação escolar quilombola, e da maneira como são apresentadas na Universidade Federal do Paraná. O presente estudo é uma análise do estado da arte da educação escolar dos quilombos (lugar de descendentes de escravos negros) no estado do Paraná no período de 2007 a 2012 a fim de verificar seu conteúdo e selecionar concretamente as produções acadêmicas que tratam da educação escolar neste contexto, do modo como são apresentadas na Universidade Federal do Paraná. Durante esta verificação foi necessário encontrar as categorias presentes nas produções e selecionar os trabalhos que falam sobre o tema de interesse: a educação escolar quilombola. Os trabalhos foram encontrados no acervo digital e biblioteca da UFPR. Neste acervo encontrou-se um número muito reduzido sobre a temática quilombola, principalmente no setor de educação o PPGE. Este fato confirma a carência em estudos que abordam as referidas CRQS. Neste trabalho também contemplamos um pouco da história dos quilombos no Brasil e no litoral do Paraná. O estado paranaense é o primeiro a promover um trabalho voltado exclusivamente às CRQs. Este ato foi realizado pela equipe da SEED aliada a um grupo de interessados pesquisadores na temática da educação escolar quilombola.

Palavras chave - Educação escolar. Publicações sobre a educação quilombola. – CRQs

SOUZA, Edicelia Maria Dos Santos De. STATE OF THE ART SCHOOL EDUCATION QUILOMBOLA IN FEDERAL UNIVERSITY OF PARANA 2007- 2012.
nº de folhas _

ABSTRACT

This study was an analysis of the state of the art of school education "quilombos" (instead of the descendants of black slaves) in the State of Parana in the period 2007-2012, in order to verify its content and specifically productions They are dealing with academic schooling in this context and the way they are presented at the Federal University of Parana. Indeed, in the process, it had to identify the categories present in the productions and select works that address the topic of interest: school education "quilombola". They work on digital heritage and library UFPR found. In this acerbo a very small number that deals with the subject in question, particularly in the education sector PPGE was located. This confirmed the lack of studies that address the aforementioned CRQS. In this work it was done a little history of quilombos in Brazil and on the coast of Parana. The Parana state is the first to promote a job that pays attention on CRQS. The fact was done by the team of SEED in partnership with a group of researchers who are interested in the topic of school education in this area of the local population.

Key words: School Education. Publications to education in the quilombos.CRQs

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Mapeamento dos trabalhos analisados.....	55
------------------------------------------------------	----

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - População negra e comunidades quilombolas no Estado do Paraná.....	47
Figura 02 - Universidade Federal do Paraná – Campus Reitoria.....	49

LISTA DE SIGLAS

UFPR - Universidade Federal Do Paraná

CRQS - Comunidade Remanescente De Quilombos

SEED - Secretaria Estadual De Educação

SEEC - Secretaria de Educação e Cultura

GTCM - Grupo de trabalho Clóvis Moura

PPGE - Programa de pós-graduação em educação

LDB – Lei Diretrizes e Bases

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia

SEPPIR – Secretaria de proteção de Igualdade Racial

CONAP – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais

CONAI – Conselho Nacional de Educação

CEERT – Centro de Estudos das Relação do Trabalho e Desigualdades

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico1 - Datas e número de trabalhos concluídos de 2007 a 2012.....	67
Gráfico 2 - Numero de trabalhos sobre as CRQs.....	68

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	16
Descrição situacional do tema.....	16
Pergunta geral do problema.....	21
Perguntas específicas.....	21
Objetivo Geral.....	22
Objetivos Específicos.....	22
Justificativa.....	22
1. MARCO TEÓRICO.....	25
Revisão da literatura.....	25
1.1. Análise conceitual das produções sobre CRQS produzidas na UFPR entre 2007 e 2012.....	25
1.2. Do quilombo a escola os efeitos nefastos das violências silenciadas	25
1.2.1 Escola – primeiro momento.....	25
1.2.2 No Segundo Momento.....	26
1.2.3 O Terceiro Momento.....	27
1.2.4 No Quarto Momento.....	27
1.3. Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção de política de educação escolar quilombola no paraná no início do III milênio.....	28
1.3.1 Encruzilhada.....	28
1.3.2 Encruzilhada.....	29
1.3.3 Encruzilhada.....	30
1.4. Educação escolar quilombola: quando a política pública diferenciada é indiferente.....	31
1.4.1 A Primeira Vez “CRQS”.....	32
1.4.2 A Segunda Vez “CRQS”.....	33
1.4.3 A terceira vez “CRQS”.....	33
1.4.4 A quarta vez” CRQS”.....	34
1.4.5 A quinta vez “CRQS”.....	34
1.4.6 A Sexta Vez” CRQS”.....	34
1.4.7 A sétima vez ”CRQS”.....	35
1.4.8 / 1.4.9 –O a oitava e nona vezes.....	35
1.4.10 A décima vez.....	35
1.4.11 A décima primeira vez “CRQS”.....	36
1.4.12 “A décima segunda vez CRQS.....	36
1.4.13 A décima terceira CRQS.....	37
1.5. O que é o quilombo?	37
1.5.1 Conceitos.....	37
1.5.2 Quilombos no Brasil.....	38
1.5.3 Quilombos no Estado de Paraná.....	43
2. METODOLOGIA.....	48
2.1 Descrição do lugar de estudo.....	48
2.2 Tipo e abordagem da pesquisa.....	50
2.3 Universo/população e amostra.....	50
2.4 Critérios de inclusão.....	51

2.5 Aspectos éticos.....	52
2.6 Técnicas de coleta e instrumentos de pesquisa.....	52
3. RESULTADOS.....	54
3.1 Mapeamento das produções científicas realizada na UFPR Sobre a temática das CRQS.....	54
1º Por que o pinhão cai longe do pinheiro; o saber socialmente construído no conselho dos anciãos do quilombo paiol de telha. Autor: Jeferson De Oliveira Salles.....	56
2º Fontes documentais e cultura material: Presença indígena no Quilombo dos Palmares. -Autora: Júlia Frozza.....	56
3º. Vocês são do Quilombo, não é? Identidade, parentesco e ruralidade na comunidade quilombola do Militão. Autor: Maicon Da Silva Steuernagel.....	57
4º Do quilombo à escola: Os efeitos nefastos sobre as violências silenciadas - Autora: Edimara Gonçalves Soares.....	58
5º Direitos étnicos, territoriais das comunidades remanescentes de quilombolas: Contribuições para o diálogo entre diversidade e direitos no Brasil. -Autora: Giovanna Bonilha Milano.....	59
6º Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional da população negra: um resgate da cultura alimentar em comunidades quilombolas” - Autor: Ariane Cristina Ferreira de Souza.....	60
7º Desafios de reconhecimento da diferença: Análise de dois processos de etnogênese de comunidades quilombolas no Paraná. -Autor: Ingeborg Anni Rulf Cofré.....	62
8º Resistência a re-existência-ensaio sobre a identidade quilombola entre o direito e a antropologia - Autor: Natalia Demes Bezerra Tavares Pereira.....	63
9º Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política da educação escolar quilombola no início do III milênio. - Autor: Cassius Marcellus Cruz.....	65
10º Educação escolar quilombola: Quando a política pública diferenciada é indiferente. - Autora: Edimara Gonçalves Soares.....	66
4. CONCLUSOES.....	69
Recomendações.....	71
REFERÊNCIAS.....	73
ANEXOS.....	76
A. Microrregião de Paranaguá - Guaraqueçaba - CRQ comunidade remanescente quilombola de Batuva	76

INTRODUÇÃO

“... todos nós brasileiros, somos carne da carne daqueles negros e índios suplicados.

Todos nós brasileiros somos, por igual, a mão possessa que os supliciou. A doçura mais terna e a crueldade mais atroz aqui se conjugaram para fazer de nós a gente sentida e sofrida que somos e agente insensível e brutal, que também somos. Como descendentes de escravos, seremos sempre servos da maldade destilada e instilada em nós, tanto pelo sentimento da dor intencionalmente produzida para doer mais, quanto pelo exercício de brutalidade sobre homens, sobre mulheres, sobre crianças convertidas empasto de nossa fúria. A mais terrível de nossas heranças é esta de levar sempre conosco a cicatriz de torturador impressa na alma e pronta a explodir na brutalidade racista e classista. ”

Darcy Ribeiro,

In “O Povo Brasileiro”

A presente pesquisa é documental, pois:

“A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ocorre, ou depois.” (Lakatos e Marconi, 2007, p.71)

Foram analisados documentos científicos públicos de estudantes que concluíram suas buscas em relação a educação escolar quilombola o tema é: O estado da arte da educação escolar quilombola no estado do Paraná de 2007 a 2012.

Descrição situacional do tema

Essa pesquisa teve a intenção de verificar quantos trabalhos científicos relacionados a educação escolar quilombola foram realizados na universidade federal do Paraná no período 2007 a 2012. Estes trabalhos produzidos que se referem a educação escolar quilombola nos possibilitam a repensar como está esta educação relacionada diretamente aos quilombolas em determinadas áreas educacionais dos departamentos que produziram os trabalhos, tais documentos feitos em forma de monografia de especialização, dissertação e tese nos possibilitará, através das

informações contidas nos mesmos uma investigação sobre como se encontrava nos períodos de 2007 a 2012 no estado do Paraná a educação escolar quilombola.

Tais documentos nos conduziram a dados relacionados ao respeito do direito adquirido a população quilombola a ter uma educação escolar voltada também a lei 10.639/03, que através do artigo 26^a na Ldb 9394/96, torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do país. Para que esta lei fosse criada houve uma mobilização histórica dos movimentos sociais negros, pois esta lei é um apoio do estado que gera valorização, afirmação e reconhecimento dos direitos da comunidade afro-brasileira especificamente na área da educação, em conformidade com essa lei, o parecer cne/cp nº003/04 e a resolução cne/cp nº1/2004 que institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, são documentos que traduzem os anseios dos movimentos sociais negros e que também inserem-se especificamente no processo ensino-aprendizagem a educação escolar quilombola. A partir disso temos que considerar que o poder público aponta uma providência para que o cidadão quilombola tenha o direito a uma educação dirigida também as suas origens.

Podemos repensar sobre a educação quilombola sobre como executar políticas públicas para que sejam implantadas escolas quilombolas em comunidades remanescentes de quilombos que atendam às exigências para que se cumpra este fato, tão necessário para o desenvolvimento escolar da população infantil, destas comunidades quilombolas do estado do Paraná. A palavra quilombo não significa grupos de escravos fugitivos, e sim grupos negros brasileiros de várias regiões que habitam as

”Terras que resultaram da compra por negros libertos; da posse pacífica por ex-escravos de terras abandonadas pelos proprietários em épocas de crise econômica; da ocupação e administração das terras doadas aos santos padroeiros ou em terras entregues ou adquiridas por antigos escravos organizados em quilombos.” (Junior Clédisson, 2010 p. 1)

No ano de 1559 a simbologia quilombo surge em documentos portugueses e é visualizada pela primeira vez, segundo pesquisas realizadas pelo grupo de trabalho Clóvis Moura, habitação de negros fugidos (mais de cinco), em parte despovoada. Segundo Munanga (1996) a definição de quilombo é também identificada como

instituição africana, espaço geográfico que os sujeitos oprimidos conquistaram para instituir normas para gerar uma estrutura política.

Para que se reconheça os direitos observados na constituição, temos o decreto 4.887/2003, que oferece a estas populações o “direito à auto atribuição, como critério único para identificar as comunidades quilombolas, fundamentado na convenção 169 da organização internacional do trabalho (OIT) que atenta para o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais. Assim os membros que pertencem as relações étnico-raciais consideram sua ancestralidade específica as relações territoriais.

O grupo de trabalho Clóvis moura (GTCM), teve a responsabilidade de organizar um mapeamento de todas as comunidades negras no estado do Paraná. Este trabalho iniciou em 2005 e finalizou em 2010.,o grupo fez um mapa oficial das comunidades remanescentes de quilombos e comunidades negras tradicionais, incorporando a planilha das CNTs e CRQs, que relatou sobre as comunidades quilombolas paranaenses, mostrando sua resistência e luta pela terra, onde as comunidades quilombolas se uniram com movimentos sociais negros, sindicatos e movimentos camponeses participaram no Paraná da jornada de agroecologia, rede puxirão de povos e comunidades tradicionais. Entre estas atividades participaram também da XXV Romaria da terra em 2010 “Quilombo resistência de um povo de um povo, território da vida”, em Adrianópolis. O grupo também relata em uma nota em que o autor Souza afirma que:

“ Para obter uma boa relação com o educando continua sua afirmação e aponta para a consideração dos elementos epistemológicos próprios de uma educação na perspectiva da cultura dos povos quilombolas”.(SOUZA, 2010 p.5)

Ao escrever sua tese de doutorado Lopes (2005) em uma comunidade quilombola no vale do Ribeira, Paraná, atenta para o fato de que as aulas ofertadas a comunidade, estavam dentro do padrão tradicional, apesar da comunidade ter formação de descendentes de indígenas e afro-brasileiros que tem seus valores de civilização natos, tal fato parecia não ter relevância alguma no conteúdo das aulas. A prefeitura em 2008 conseguiu um contrato para uma professora, formada em pedagogia que lecionava para as crianças das séries iniciais, a mesma apesar de ser casada com um quilombola, a aula ministrada pela mesma era como em

qualquer outra escola da rede pública de ensino, e então as crianças ao invés de aprender conteúdos sobre a cultura indígena e afro-brasileira adquiriam conhecimento apenas dos valores civilizatórios europeus. Aprendiam sobre valores civilizatórios europeus. Tal procedimento às vezes não notado pela escola o autor alerta para o fato de que não se cumpre a lei 11.645/2008, desta forma as crianças e jovens que mantêm distância do conhecimento dos mais velhos ou etnobotânico o qual Lopes (2010) identifica na sua tese como a principal fortaleza da comunidade, talvez tivessem que se inteirar que na sociedade africana dos Ambun, etnia da região de kwilu, no Zaire, as pessoas não são consideradas idosas quando atingem uma certa idade, e sim...

“Quando seus cabelos embranquecem ou se tornam avós. São então tratados com deferência e os seus nomes acrescentados títulos honoríficos. Em geral são chamados de tatá (pai), mbtua (ancião) ou mesmo nkuluntu (literalmente “cabeça velha”). Nesta sociedade de tradição oral, como na maioria das sociedades africanas, os velhos são os alicerces da vida na aldeia: diz-se, além disso, que uma aldeia é como uma cabana ruída por cupins”. (Lobo Souza Glauco, 2005/2008 p, 1)

O pensamento sobre a importância do mais velho com referências e fortalezas nas aldeias africanas são fatos que nos confirmam

“O respeito que os rodeia deve-se não só à sua longevidade- fenômeno raro África -mas também a visão animista africana do universo, segundo a qual a vida é uma corrente eterna que flui através dos homens em gerações sucessivas. Mesmo antes do nascimento, o africano já faz parte desse processo: pertence a um grupo do qual é indissociável, não pode ser separado nem dos que o precederam, nem dos que o irão suceder, e os valores tradicionais o protegerão contra o abandono e solidão.” (Kabwasa, 1882, p. 38).

O interesse por essa pesquisa, está relacionada ao grande descaso da sociedade de modo geral com a população quilombola que vive quase que por favor neste país, pois além de ocupar lugares de difícil acesso, a oferta de educação oferecida às crianças que frequentam as escolas que oferece um conteúdo europeu que tem que ser assimilado e não contempla nada sobre sua ancestralidade, descumprindo a lei 10.639/2003 que:

“Estabelece a obrigatoriedade do ensino de cultura de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica. Desta forma, busca cumprir o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art.5, I Art.210, Art.206, & 1º do Art.242, Art.215 e Art.216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso às diferentes fontes da cultura nacional a todos os brasileiros”. (Souto Ferreira Generosa Maria, 2010 p, 1).

A partir deste momento do texto vamos observar quantos trabalhos foram realizados pela universidade federal do Paraná sobre educação escolar quilombola nos períodos de 2007 a 2012 em diversos departamentos educacionais.

O setor de educação, desta instituição de ensino, orienta os educandos para que analisem as comunidades a partir de seus temas. Nesta análise irão ampliar seus conhecimentos sobre a educação escolar quilombola. O referido trabalho tem como característica metodológica, o estado da arte, que segundo FERREIRA (2002, pag.56) consiste em construir, discutir e mapear os trabalhos acadêmicos que tem partes específicas do conhecimento com a intenção destacar e privilegiar a época o lugar e as condições e formas que tais trabalhos foram produzidos. São monografias, dissertações teses, livros e outros. O estado da arte pode ser definido também como realização descritiva de trabalhos acadêmicos e científicos a respeito da questão que se pretende averiguar.

Esta averiguação foi executada primeiramente com a intenção de mapear os trabalhos acadêmicos realizados na universidade federal do Paraná a respeito de temas que estão ligados a comunidades quilombolas neste estado. A pesquisa é em formato documental sendo necessário acessar a biblioteca virtual da (UFPR) para buscar por data os trabalhos produzidos por alunos e devidamente documentados na biblioteca, a averiguação efetuou-se por ano de produção que foi de 2007 a 2012, onde foram encontradas dez produções que variam de departamentos pois são poucos os trabalhos a respeito do tema. A averiguação foi feita no livro: quilombos no paraná-relatório-2005/2010-grupo de trabalho- Clóvis moura, o qual averiguou dados sobre a localização das comunidades quilombolas em todo o estado do Paraná, destacando as comunidades já reconhecidas e as não reconhecidas, relatando sobre a resistência e luta dos moradores destas comunidades, educação quilombola: tradição e cultura entre outros temas que vale a pena conhecer através de uma leitura bem atenciosa, as diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola: algumas informações DF/2011,diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola, resolução nº8/2012 CNE/CEB, Brasília, DF.

Foi realizada também pesquisas em documentos da secretaria de estado da educação, superintendência da educação-departamento da diversidade, coordenação da educação do campo: escola quilombola e etnodesenvolvimento:

uma proposta pedagógica experimental. E também foram consultados acervos da (UFPR) em que obtinham trabalhos científicos sobre comunidades quilombolas, legalidade, questão agrária/território, conceito de quilombo e educação.

Foram feitos contatos via e-mail com pesquisadores do tema. Para ampliar conhecimentos houve participação na reunião para composição do curso de formação para professores quilombolas no estado do paraná abrangendo todas as comunidades quilombolas da região paranaense. Nesta reunião estavam presentes representantes da SEED, NEAB e pesquisadores do tema no estado do paraná

A Universidade Federal do Paraná   um a institui o conceituada e que existe a 100 anos. Mesmo com este tempo no período em que foi realizada a pesquisa não houve um número significativo de pesquisadores para abordar em seu campo acad mico as comunidades remanescentes de quilombo, isto   um fato, tanto que em oito anos pesquisados são foram encontrados três trabalhos na modalidade de mestrado e doutorado.

O presente trabalho tem como objetivo propor uma investiga o sobre as produ es acadêmicas relacionadas as comunidades remanescentes de quilombos no estado do Paraná. Trata-se de informar as pesquisas que abordam este tema e que forma desenvolvidas na institui o no período de 2007 a 2012.

O motivo da escolha deste trabalho   pelo fato de que as crianças das comunidades concluem o ensino médio e abandonam as suas raízes familiares e ancestrais. E o mais triste   que não retornam mais as comunidades.

Pergunta geral do problema

O problema do estudo: Quais as a es da Universidade Federal do Paraná para incentivar os pesquisadores a valorizar a preserva o do patrim nio cultural das CRQs?

Perguntas específicas

- 1) Como está o conhecimento acad mico na UFPR sobre as CRQS?

- 2) Qual o interesse dos pesquisadores da UFPR sobre o tema CRQS?
- 3) Quais departamentos educacionais da UFPR tem conhecimento sobre as CRQS?
- 4) Quantos trabalhos foram realizados na UFPR sobre as CRQS no período proposto?
- 5) Quais as ações da UFPR na valorização, visibilidade e preservação do patrimônio cultural das CRQS?

Objetivo Geral

Avaliar as ações da Universidade Federal do Paraná para incentivar os pesquisadores a valorizar a preservação do patrimônio cultural das Comunidades Remanescentes de quilombos no litoral do Paraná.

Objetivos Específicos

- 1) Averiguar como está o conhecimento acadêmico na UFPR sobre as CRQS.
- 2) Verificar o interesse dos pesquisadores da UFPR sobre o tema CRQS.
- 3) Identificar quais departamentos educacionais da UFPR tem conhecimento sobre as CRQS
- 4) Conferir quantos trabalhos foram realizados na UFPR sobre as CRQS no período proposto.
- 5) Constatar as ações da UFPR na valorização, visibilidade e preservação do patrimônio cultural das CRQS.

Justificativa

O maior incentivo em realizar essa pesquisa foi o fato de que minha sogra nunca concluiu seus estudos por morar em um lugar muito distante e que as crianças não

tenham acesso à escola. Seus pais viviam exclusivamente da lavoura. Hoje posso compreender que ela viveu numa comunidade remanescente de quilombo, em Morretes Município do Estado do Paraná.

A minha principal meta como pesquisadora é para investigar qual o nível de interesse dos alunos que realizam trabalhos científicos em nível de dissertações e teses em relação as CRQS na UFPR.

O departamento do NEAB (Núcleo de Estudo Afro Brasileiro) é um departamento ligado a Universidades Federal do Paraná que incentiva os estudos sobre os afrodescendentes e oferece oportunidades de formação sobre as CRQS.

O NEAB oferece ações afirmativas que motivam os pesquisadores a conhecerem os quilombolas e seus descendentes.

A pesquisa está organizada em capítulos. No primeiro capítulo tratou-se do MARCO TEÓRICO, composto da Revisão da literatura. A mesma incluiu: A análise conceitual das produções sobre CRQS produzidas na UFPR entre 2007 e 2012. A seguir, Do quilombo a escola os efeitos nefastos das violências silenciadas. Depois, as Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção de política de educação escolar quilombola no paraná no início do III milênio. A seguir, revisou-se sobre: A Educação escolar quilombola: quando a política pública diferenciada é indiferente. Finalmente, abordou-se o tema do quilombo: conceitos, história no Brasil e no Paraná.

No segundo capítulo se revisou a literatura referente a Metodologia, incluindo: Descrição do lugar de estudo; Tipo e abordagem da pesquisa; Universo/população e amostra; Aspectos éticos; e as Técnicas de coleta e instrumentos de pesquisa.

No terceiro capítulo, RESULTADOS, abordou o tema do Mapeamento das produções científicas realizada na UFPR Sobre a temática das CRQS. Aqui se discutiu o que os dez escritores escreveram sobre o tema. Eles incluíram: 1º. Por que o pinhão cai longe do pinheiro; o saber socialmente construído no conselho dos anciãos do quilombo paiol de telha. Autor: Jeferson De Oliveira Salles. 2º Fontes documentais e cultura material: Presença indígena no Quilombo dos Palmares. - Autora: Júlia Frozza. 3º. Vocês são do Quilombo, não é? Identidade, parentesco e ruralidade na comunidade quilombola do Militão. Autor: Maicon Da Silva

Steuernagel. 4º Do quilombo à escola: Os efeitos nefastos sobre as violências silenciadas - Autora: Edimara Gonçalves Soares. 5º Direitos étnicos, territoriais das comunidades remanescentes de quilombolas: Contribuições para o diálogo entre diversidade e direitos no Brasil. -Autora: Giovanna Bonilha Milano. 6º Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional da população negra: um resgate da cultura alimentar em comunidades quilombolas” - Autor: Ariane Cristina Ferreira de Souza. 7º Desafios de reconhecimento da diferença: Análise de dois processos de etnogênese de comunidades quilombolas no Paraná. -Autor: Ingeborg Anni Rulf Cofré. 8º Resistência a re-existência-ensaio sobre a identidade quilombola entre o direito e a antropologia - Autor: Natalia Demes Bezerra Tavares Pereira. 9º Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política da educação escolar quilombola no início do III milênio. - Autor: Cassius Marcellus Cruz. 10º Educação escolar quilombola: Quando a política pública diferenciada é indiferente. - Autora: Edimara Gonçalves Soares.

1. MARCO TEÓRICO

Revisão da literatura

1.1 Análise conceitual das produções sobre CRQS produzidas na UFPR entre 2007 e 2012

Durante a busca pelos trabalhos na modalidade de mestrado e doutorado construídos na temática das comunidades remanescentes de quilombos foram encontradas apenas três produções neste formato. Isso revela a falta de interesse dos pesquisadores da citada universidade em relação a temática.

Assim mesmo a pesquisa foi de muito valor pois os conceitos cada que vez que foram aparecendo revelava um significado distinto sobre as CRQS, possibilitando o acesso a informação e conhecimento.

Os pesquisadores realizaram um trabalho que incentivará os leitores a interessar-se pela temática que é vasta e rica em educação, cultura, religiosidade e ancestralidade, direito a terra e preservação da memória de um povo que muito colaborou para a construção do nosso país.

Iniciaremos então a nossa análise conceitual.

1.2. Do quilombo a escola os efeitos nefastos das violências silenciadas

Este primeiro trabalho foi apresentado em 2008 e sua autora é a quilombola dr. Edimara Soares. E teve como categoria conceitual a palavra-chave “escola” sendo citada por quatro vezes.

1.2.1 Escola – primeiro momento

Segundo a pesquisadora Edimara Gonçalves Soares a primeira vez que o termo conceitual “escola” aparece destaca a atenção e compreensão no espaço escolar que é ocupado pelas crianças de várias etnias e que é neste espaço que se constrói a identidade das crianças negras onde são descobertas suas diferenças fenóticas.

Estas diferenças são descobertas pelas crianças negras de forma abrupta e impactante que para a maioria das crianças negras e negros vai marcar negativamente as suas vidas. As pesquisadoras Anete Abramowicz e Fabiana de Oliveira explicam que:

“... as pesquisas sobre relações raciais que abordaram a questão da criança negra no espaço escolar em sua grande maioria apresentam-na com problemas de relacionamento com seus colegas e professores ocasionados pela cor, gerando uma relação conflituosa e, muitas vezes, nociva para aqueles que acabam sendo rejeitados por seus atributos físicos. Mesmo na faixa etária a partir de 4 anos de idade, as pesquisas na área de educação infantil já apontam a existência da problemática racial entre crianças e adultos, sendo que esses últimos acabam utilizando práticas cotidianas que podem até mesmo reforçar o racismo, levando as crianças negras a um processo de socialização diferente da criança branca...” (OLIVEIRA, 2004, p. 8)

1.2.2 No Segundo Momento

O termo conceitual escola surge para revelar o que é ser criança negra e negro quilombola, no espaço da sala de aula, atentando para o auto ódio que é vivido neste período quando as crianças são discriminadas por possuírem cor de pele diferente.

Alguns colegas de sala discriminam estas crianças. Tal manifestação ocorre na forma de apelidos, desprezo, descaso e abandono destas crianças. Esta prática na maioria das vezes não é interrompida pelos outros colegas e nem por alguns professores. Estas situações são silenciadas pelos responsáveis que deveriam intervir nestes episódios, mas os mesmos ignoram silenciando é que comprovamos com a citação da professor e pesquisadora Eliane Cavaleiro que diz:

“O silêncio dos professores perante as situações de discriminação impostas pelos próprios livros escolares acaba por vitimar os estudantes negros. Esse ritual pedagógico, que ignora as relações étnicas estabelecidas no espaço escolar, pode estar comprometendo o desempenho e o desenvolvimento da personalidade de crianças e de adolescentes negros, bem como estar contribuindo para a formação de criança e de adolescentes brancos com um sentimento de superioridade.” (SANTOS, 2004, P.58)

Essa forma de alguns professores agirem diante de situações em que as crianças negras e negros sofrem pela diferença de cor de pele confirma o que “oliveira” nos diz no contexto abaixo...

“.....Ficou ressaltado que a forma de o professor caracterizar a criança negra evidencia seu despreparo para lidar com situações de discriminação na sala de aula, pois em muitos momentos o professor julga a criança negra culpada pela discriminação sofrida:” além de sentir rejeitada, a criança negra tem, talvez, por sua própria natureza, lentidão na aprendizagem, lentidão na assimilação de ensino, e esses dois fatores contribuem para que ela não consiga acompanhar o seu grupo, desista e saia da escola ou permaneça nela por pouco tempo” (OLIVEIRA, 1992: 98)

1.2.3 O Terceiro Momento

“Escola” tem evidência como objetivo central da pesquisa, descobrir como a instituição escolar trabalha com a fragilizada identidade das crianças que sofrem como vítimas do preconceito. A pesquisadora Elite Aparecida Godoy em 1996 fez uma pesquisa com crianças de cinco e seis anos e indica que nesta faixa etária as crianças ao realizarem descrições, se referem de modo bem direto a cor da pele. E assim está autora afirma que;

“... as crianças negras nessa faixa etária se sentem desconfortáveis, quando da necessidade de verbalizar e/ assumir sua condição étnica, para a pesquisadora, as crianças demonstraram uma interiorização negativa de suas diferenças raciais, procurando assemelhar-se fisicamente ao branco.”

Neste terceiro momento a “escola” não atende a s necessidades dos conflitos raciais que acontecem a olhos claros no cotidiano escolar, pois os profissionais da escola não estão preparados para lidar com esta realidade. A autora Ana Lucia valente durante a realização de um trabalho onde o objetivo seria evitar práticas de preconceito e discriminação entre as crianças, ela testemunhou o a inexperiência da professora que indaga a classe, com a seguinte questão:

“ Porque vocês acham que o negro tem essa cor? Uma criança branca responde: porque elas (as crianças negras) são feitas de porcaria! ”. Diante desta resposta, a professora e esforça em contornar a situação, explicando que o negro tem essa cor por ser originário da África, local sujo e muito quente. ” (FERREIRA, 2011, p22)

1.2.4 No Quarto Momento

“Escola” aparece para evidenciar que a escola não visualiza o sofrimento que a criança negra vive e que lhes é denominada pelos “outros” a escola deveria ser uma instituição para promover a igualdade racial. O CEERT através de um trabalho com texto informativo refere-se a esta questão dizendo que...

“Os espaços educativos nos quais a criança se relaciona com adultos e com outras crianças criam oportunidade para ela conhecer e construir conhecimentos sobre aspectos da natureza e da cultura afro-brasileira. ”

1.3 Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção de política de educação escolar quilombola no paraná no início do III milênio.

O Segundo trabalho a ser analisado   uma disserta o que tem como título “trajetórias, lugares e encruzilhadas na constru o d política de educa o escolar quilombola no paraná no início do III milênio” e tem por pesquisador Cassius Marcellus cruz apresentado em 2011 na universidade federal do paraná.

A Presente pesquisa apresenta como um termo conceitual comentado pelo pesquisador a palavra encruzilhada que aparece na introdu o dessa disserta o por três vezes.

1.3.1 Encruzilhada

A primeira vez que encruzilhada se destaca lembra que tem um significado forte para a cultura afro-brasileira,   o que verificamos neste comentário do autor (anjus, 2006.p.19)

“Se encruzilhada   um ponto ambíguo na religiosidade afro-brasileira   certamente porque ali tanto pode ser o começo, a abertura de um fluxo, quanto o fim de um território existencial. ”

No que diz respeito aos caminhos que se encontram destacamos a experiência ocorrida:

“Em Pernambuco a comissão estadual de comunidades quilombolas do referido estado contou com o apoio do centro de cultura Luiz Freire que contribuiu na articula o entre as incipientes demandas educacionais quilombolas e o acúmulo da educa o escolar indígena na região. ”

Em 2008 Foi Elaborada A Carta De Princípios Da Educa o Escolar Quilombola.

Foi criado um censo escolar quilombola pela coordenadoria da educa o do campo, foi aprovado o funcionamento das escolas quilombolas pelo conselho municipal de educa o a resolu o n 7/09, que fixa a s diretrizes para o funcionamento das escolas quilombolas. Na Bahia no mato grosso do Sul e no Paraná. Aconteceram

diversos encontros e seminários em muitos estados sobre a temática de educação escolar quilombola que seguem a seguinte ordem;

I Encontro de educação quilombola e políticas para as comunidades quilombolas do paraná. (2009) organizado pela secretaria de estado da educa o do paraná, grupo de trabalho Clóvis moura e ministério público do paraná;

I Fórum baiano de educa o quilombola, realizado pela coordena o de educa o das rela es étnico-raciais e diversidade da secretaria da educa o do estado da Bahia (2009).

I Seminário panorama quilombola; experiências e políticas em terra, cultura e educa o (2009) realizado pelo laboratório de antropologia dos processos de forma o (LAP) do departamento de educa o da PUC-Rio;

I Encontro de educa o quilombola do Pará (2010) organizado pela secretaria de estado da educa o do Paraná (2010)

I Encontro de educa o quilombola do rio grande do Sul (2011)

1.3.2 Encruzilhada

Na segunda vez que encruzilhadas aparece vem como caminhos que se abrem observamos o processo de elabora o das diretrizes nacionais da educa o escolar quilombola onde estão envolvidos quilombolas, gestores, pesquisadores e apoiadores de estados diversos.

Esta disserta o pretende contribuir para a interpreta o de fatores presentes na encruzilhada da educa o escolar quilombola para a emergência de uma análise no estado do Paraná, através das trajetórias e pessoas envolvidas, e acima de tudo as possibilidades que se fecham e se abrem caracterizando negocia es discutindo e analisando do real sentido da fun o da escola, que pode estar ligada ao projeto político da comunidade quilombola e contribuindo para a produ o da desigualdade social. Esta afirma o baseia-se em Dubet (2011) em...

“Que destacando que as análises de classe forma abaladas por outros critérios- como faixa etária, a questão de gênero e de pertencimento étnico que provocaram um deslocamento na análise sociológica, que compreende a desigualdade como resultante da “conjugação de um conjunto complexo de fatores”, que pode, por vezes, aparecer como produto de práticas e políticas que visam justamente a redução das desigualdades escolares não apenas reproduzem as desigualdades sociais, mas desempenha papel próprio na produção destas desigualdades.”(Cruz Marcelus Cassius,2012 p, 19)

1.3.3 Encruzilhada

Na terceira vez que a palavra encruzilhada se destaca chama atenção para os caminhos que se fecham para atentarmos não para a negação dos passos dados até ‘é aqui pela educação escolar quilombola, mas pela transformação que a dialética dos cruzamentos proporcionam, observamos isso nos deslocamentos das instituições onde as ações voltadas as comunidades quilombolas e as EREER (educação das relações étnico raciais) e também as mudanças que ocorreram devido aos lugares institucionais onde as políticas vinham sendo desenvolvidas. Nos deslocamentos institucionais dos locais onde as ações educacionais direcionadas às comunidades quilombolas e a educação das relações étnico- raciais se situavam durante as gestões da SEED, no período de 2006 a 2010. Não apenas dos locais institucionais, mas também da própria dinâmica da implementação da proposta pedagógica, e as mudanças que foram ocorrendo. Neste período o pesquisador tomou um a atitude de distanciamento porque neste mesmo período ele era membro da equipe da (GTCM) e técnico pedagógico da SEED. Esta comissão da qual ele fazia parte foi a responsável pela implementação da 10.639/03, onde;

“O governo federal, a partir da eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, passou a redefinir o estado como propulsor das transformações sociais, reconhecendo as disparidades entre brancos e negros em nossa sociedade e a necessidade e a necessidade de intervir de forma positiva, assumindo o compromisso de eliminar as desigualdades raciais, dando importantes passos rumo à afirmação dos direitos humanos básicos e fundamentais da população negra brasileira” (Fernander Rocha Josimar, 2004 p,1).

Neste Momento Histórico Brasileiro O Governo Federal Sancionou;

“Em março de 2003, a lei nº10.639/03-mec, que altera a LDB (lei de diretrizes e bases) e estabelece as diretrizes curriculares para a implementação da mesma. A 10.639 instituiu a obrigatoriedade do ensino da história da África e dos africanos no currículo escolar do ensino *fundamental e médio*. *Essa decisão resgata historicamente a contribuição dos negros na construção e formação da sociedade brasileira.*” (Fátima de Anita, 2014 p,1).

O pesquisador participou neste período também do levantamento básico das comunidades remanescente se de quilombo do estado do paraná além de ser

ativista vinculado ao coletivo de promoção da igualdade racial da APP sindicato dos trabalhadores do estado do paraná e membro do GTCM (grupo de trabalho Clóvis Moura).

1.4. EDUCAÇÃO escolar quilombola: quando a política pública diferenciada   indiferente

O terceiro trabalho em que os conceitos vão ser analisados a analisado   uma tese defendida em 2012 na universidade federal do paraná tem como pesquisadora Edimara Gonçalves Soares.

Antes de iniciar a análise do conceito mais evidenciado vamos observar a escrita da autora da tese que teve muitas dificuldades para estudar, sem luz elétrica e colhia bambus para fazer fogueira para iluminar os cadernos e livros ela disse assim;

“A gente não tinha luz elétrica, eu estudava com fogo de chão, não podia ficar gastando vela ou querosene dos lampiões, porque a gente não tinha também dinheiro para comprar, toda a trajetória do estudo   de muita luta, muito sacrifício, por muita garra e determinação. ” (SOARES 2012 p. 28),

O termo mais evidenciado nesta tese   comunidades remanescentes de quilombos, este termo   o lugar de origem da autora deste trabalho e ela melhor que ninguém sabe como   verdade o que relata e que até os dias de hoje as crianças das CRQS passam ela afirma isso dizendo que

“A minha história, enquanto estudante negra quilombola,   semelhante e, em certas situações idênticas   história de muitas crianças quilombolas que estão em fase escolar. ”(SOARES 2012 p.29)

Na maioria das poucas escolas quilombolas quando as crianças são minoria as mesmas são transferidas para outras instituições escolares com localização longínqua da comunidade. Esse fato   confirmado pelas palavras da autora da quando relata que....

“ s vezes não tem um número significativo de alunos para manter a escola, da  esta escola   fechada essas crianças são enviadas para outro estabelecimento de ensino, distante da comunidade. ”(SOARES 2012 pag 30)

1.4.1 A Primeira Vez “CRQS”

A primeira vez que o termo CRQS aparece na tese é para destacar que a política educacional organizada pela secretaria estadual do paraná nos anos de 2009 e 2011, foi compreendida um exemplo nacional direcionada para as comunidades remanescentes de quilombos, porém foi inócua essa inocuidade aconteceu pelo fato relevante da falta de a oes metodológicas e permanentes nas escolas. Houve ausência no investimento na infraestrutura material e administrativa.

O termo conceitual que aparece   CRQS que   mostrado pela pesquisadora por treze vezes.

A primeira vez   para evidenciar que a tese defende o fato que a política educacional proposta pela secretaria de estado da educa o do paraná no período de 2009 a 2011 visualizada como exemplo nacional direcionada às comunidades remanescentes de quilombolas que: ...

“Conforme o Decreto 4887/003 consideram-se remanescentes das comunidades de quilombos, grupos étnicos –raciais, segundo critérios de, auto atribui o com trajetória histórica própria, dotados de rela oes territoriais específicas com presun o de ancestralidade negra relacionada com a resistência a opressão histórica sofrida.”(Decreto 4887/003)

A pesquisadora usou o termo comunidades remanescentes de quilombos justificando com a seguinte explica o...

“nesta tese optei por utilizar o termo comunidades remanescentes de quilombos-CRQS, pois comunidade   um termo que marca o pertencimento identitário dos sujeitos quilombolas expressando o auto reconhecimento. . Nunca vi um quilombola dizer eu sou um remanescente da comunidade do quilombo..., e sim, eu sou quilombola da comunidade... ou ainda, eu sou da Comunidade Quilombola...”

Segundo a teoria do escritor Bauman a.

“Comunidade” produz uma sensa o boa, pois   carregada de significados que prometem prazeres que gostaríamos de experimentar. A comunidade   um lugar confortável e aconchegante. são como teto sob o qual nos abrigamos da chuva pesada[...]aqui na comunidade estamos seguros, não há perigos ocultos[...],portanto ,comunidade sugere uma coisa boa” .no entanto, o autor *adverte, que   um tipo de mundo que não está, lamentavelmente, ao nosso alcance- mas que gostaríamos de viver e esperamos vir a possuir” .nesse sentido, em rela o às CRQs,   possível afirmar que são lugares marcados por tensões, contradi oes ,conflitos a um só tempo em que compartilham as mesmas angústias e sofrimentos e celebram as mesmas alegrias e conquistas.” (Zygmunt Bauman,2003, p.7,8)*

1.4.2 A Segunda Vez “CRQS”

A Segunda vez que aparece a sigla CRQS, a autora lembra que houve inocuidade em relação a implementação das ações pedagógicas voltadas as referidas comunidades esta ausência destas ações que deveriam ser inseridas de forma permanente no interior das escolas. Neste período houve também a falta marcante de investimentos na infraestrutura administrativa e material assim como a falta de articulação entre as CRQS e o ensino superior. Segundo o autor (Costa,1992, p.267) a estrutura educacional resulta da *“a concepção de estado adotada aqui é instituição político-administrativa, que só pode ser compreendido à luz das sociedades histórico- concretas, o que elimina a possibilidade de uma ideia universal a seu respeito.”* Fica afastada, assim, a possibilidade de uma de uma “estrutura geral” do estado moderno, por mais que algumas de suas funções no interior das sociedades aparentemente e repitam de lugar para lugar ao tempo.

1.4.3 A terceira vez “CRQS”

A terceira vez que a pesquisadora se refere as CRQS foi para destacar que o estado do paraná foi o primeiro a fazer o reconhecimento necessário para a elaboração de políticas públicas afirmativas de uma educação escolar específica às CRQs esforçando-se para minimizar a exclusão social, que tanto que se faz presente negativamente na vida de cada criança, jovens, adultos e idosos quilombolas.

Nesta terceira vez as CRQS destacam o fato de que a educação é direito de todos é o que confirmamos no:

“Dispositivo do art.6º, caput, da constituição federal, prescreve que a educação é um direito social, ao passo que o caput do art.205 determina textualmente que a educação é um direito de todos e dever do estado e da família. O mesmo artigo 205 fixa os três objetivos nucleares da educação, nesta ordem: 1.pleno desenvolvimento da pessoa; 2.preparo para o exercício da cidadania; 3.qualificação para o trabalho.” (Junior Silva Hélio, 1989, p. 3)

Na lei de diretrizes e bases da educação-LDB chama a atenção para os aspectos físico psicológico, social e intelectual é o que observamos quando:

“À educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até seis anos de idade, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.” (Transcrição literal da LDB) (Rebelo Ângela, 2011, p,1).

A prescrição do art.22, das diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica complementa o direito a educação para todos, assim *“as crianças provêm de diferentes e singulares contextos socioculturais, socioeconômicos e étnicos, por isso devem ter a oportunidade de ser acolhidas.”*

1.4.4 A quarta vez” CRQS”

O destaque ainda neste quarto momento para a CRQS atenta que é inaceitável em pleno terceiro milênio ainda presenciarmos a resistência de alguns cidadãos em tirar o direito de um grupo social, no acesso ao que é direito de todos os brasileiros. Este direito está na resolução CNE/CEB nº8, de 20 de novembro de 2012 que define diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica no Título II dos princípios da Educação Escolar Quilombola, no artigo

“7º: A Educação Escolar rege-se nas suas práticas e ações político pedagógicas pelos seguintes princípios:

I- Direito à igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade.

II-direito à educação pública, gratuita e de qualidade

III-respeito e reconhecimento da história e da cultura afro-brasileira como elementos estruturantes do processo civilizatório nacional”

1.4.5 A quinta vez “CRQS”

No quinto tempo que a autora se refere a este conceito ela escreve sobre como o estado direcionava uma política educacional as CRQS, e tinha como intuito realizar uma intervenção nas desigualdades sociais e raciais, mas isso foi restringido por ações que não tiveram continuidade.

1.4.6 A Sexta Vez” CRQS”

No sexto momento as CRQS são mencionadas para destacar a implementação de políticas educacionais para as comunidades remanescentes de quilombo, ressaltando a necessidade da garantia dos direitos humanos para inclusão da

diversidade que garanta o direito à educação escolar efetiva e universal. Segundo (Costa,1992, p.267) ...

“À concepção de estado aqui é de instituição político-administrativa, que só pode ser compreendido à luz da sociedade histórico-concretas, o que elimina a possibilidade de uma ideia universal a seu respeito. Assim, o estado resulta das mediações das formações histórico específicas de cada sociedade e de cada país. Fica afastada, assim, a possibilidade de uma ‘estrutura geral” do estado moderno, por mais que algumas de suas Funções No Interior Das Sociedades Aparentemente Se Repitam De Lugar Para Lugar Ao Tempo. (SOARES, 2012, P. 32) ”

1.4.7 A sétima vez ”CRQS”

Quando o termo aparece pela sétima e vez é para relatar o objetivo central da pesquisa sobre CRQS que queria encontrar o diagnóstico dos resultados obtidos após a implementação de uma política exclusiva para as CRQS no estado do Paraná entre os anos de 2009 a 2011, esse acontecimento ocorreu tanto nas escolas quilombolas quanto nas escolas que fazem o atendimento para as escolas que ficam longe dos quilombos e tinham como metas:

“A-Identificar os fenômenos sócio/culturais que tornam a política infetava; b-mostrar como as dimensões de infraestrutura material, administrativa e pedagógica influenciam na implementação da política afirmativa; c- ampliar o quadro de teórico relativo ao conceito de educação escolar quilombola; d-contribuir com a discussão teórica sobre o conceito de quilombo. ” (Soares Gonçalves Edimara, 2012 p,26).

1.4.8 / 1.4.9 –O A Oitava E Nona Vezes

Neste Momento Estaremos Analisando O Termo CRQS Pela Oitava E Nona Vez
Onde A Pesquisadora Indaga:

1.4.10 A décima vez

A décima vez em que as CRQS aparecem é para auxiliar na delimitação do problema central da desta tese onde a pesquisadora faz a seguinte indagação:

“A pesquisadora lembra ainda que as CRQS entre 2009 e 2011 passaram por distintas manifestações por parte do quadro docente das escolas quilombolas e também das escolas que oferecem atendimento das lideranças quilombolas e dos alunos negros quilombolas sobre os resultados após a implementação da política de educação escolar quilombola no Paraná.

A pesquisa neste período dentro de uma visão de conjunto era de mostrar que as manifestações das pesquisas revelam situações específicas do seu entendimento, ligadas à sua realidade e trazem contidas a diversidade e a desigualdade o que poderia ser proposto seria a questão de uma educação diferenciada o autor Arruti

(2009) “utiliza os termos “educação diferenciada” e “escola quilombola”, ambos os termos aqui são compreendidos como ação afirmativa.

Já para o autor Santana (2010, p.117) -:

“As políticas afirmativas constituem, um conjunto de ações positivas, também denominadas ações afirmativas que se traduzem numa cumplicidade social e sinalizam para possibilidade de mudanças práticas na vida dos cidadãos negros e, conseqüentemente da sociedade brasileira em geral. ” (Soares Gonçalves Edimara, 2012 p,19).

A presente tese vê a educação diferenciada como uma ação afirmativa ou de reparação.

Segundo Santana (2010, p.117) as políticas afirmativas constituem, um conjunto de ações positivas, também denominadas ações afirmativas que se traduzem numa cumplicidade social e sinalizam para possibilidade de mudanças práticas na vida dos cidadãos negros e, conseqüentemente da sociedade brasileira em geral. Assim, nesta tese diferenciada, escola quilombola diferenciada corroboram uma ação de afirmativa ou de reparação.

1.4.11 A décima primeira vez “CRQS”

Na décima vez em que a sigla CRQS se apresenta com destaque é para destacar a expectativa dos professores das escolas quilombolas que prestam atendimento as CRQS, mostrando os resultados obtidos pela implementação da política de educação escolar quilombola no paraná no período de 2009 a 2011. Tais resultados revelaram que esta implementação deveria ser mais ampla, e estar ligadas diretamente as questões históricas, culturais raciais e sociais o autor Arruti em 2009 disse que:

“Educação diferenciada” e escola quilombola diferenciada, ambos são compreendidos como ação afirmativa”.

1.4.12 “A décima segunda vez CRQS

Na décima segunda vez em que é citada a autora ressalta a importância da formação dos professores quilombolas sobre como é ensinar nestas comunidades a autora da pesquisa nos informa.

“Especificamente, em relação a educação escolar quilombola, são raros os professores habilitados a formar futuros professores para ensinar sobre as referências históricas e culturais das CRQs e de maneira mais ampla sobre a cultura e história afro-brasileira. No entanto não é intenção deste trabalho culpá-los, tendo em vista que ninguém ensina aquilo que não sabe, por que somos frutos de uma educação eurocêntrica, de um currículo monocultura: porque a perversidade do preconceito não é reconhecida; dado o mito da democracia racial vigente na sociedade brasileira.”(SOARES pag.38)

1.4.13 A décima terceira CRQS

A décima terceira vez que a autora destaca CRQS é para reafirmar a necessidade de se implementar uma política de educação exclusivamente direcionada as CRQS, para que então possibilitem mudanças nas instituições educacionais e desta forma contribuam para o reconhecimento e respeito as diferenças étnico-culturais. O autor Praxedes afirma isso dizendo:

“É muito fácil chegarmos a um consenso sobre a necessidade do respeito as diferenças entre os humanos, do que termos, de fato, prática cotidiana de respeito aos diferentes” (Praxedes Waltes, 2015 p,1).

1.5. O QUE É O QUILOMBO?

1.5.1 Conceitos

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para fins deste decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida (brasil, decreto nº4887,2003)

A palavra quilombo particularmente significa o ato de contrapor-se aos maus tratos a que foram submetidos os africanos que foram trazidos para o Brasil com a promessa de que iriam trabalhar, mas nos mares no interior dos navios já se deparavam com a triste realidade de não serem tratados como seres não humanos. Existem vários intelectuais que definem este termo sobe vários aspectos, podemos observar o pensamento a respeito do tema na posição dos autores abaixo.

Para o autor Kabengele Munanga (1996, p.63) quilombo é uma instituição militar, e é resultado de uma longa história envolvendo diversos povos e regiões. Ele adverte

ainda que quilombo, no Brasil, é um retrato do quilombo africano devido ao seu conteúdo, pois foi “[...] reconstruído pelos escravizados para se opor a uma estrutura escravocrata, pela implementação de uma ou outra estrutura política na qual se encontram todos os oprimidos”

Durante a minha busca por conceitos de quilombo eu o fiz com a intenção de observar que quilombo é uma fortaleza onde sobrevivem pessoas com o objetivo de construir sua identidade e poder reconhecer-se com liberdade que foi o que moveu seus antepassados a construir esse recinto com características de formação de um povo que só quer direito, liberdade e oportunidade.

Segundo os autores (ANJOS E SILVA, 2004, P.290)

O conceito quilombo, tal como vem sendo utilizado, por prender-se a um fato do passado (o confronto armado, direto, violento e especialmente localizado - o refúgio), uma dessas possibilidades apenas opor-se ao regime escravocrata, conceito este enfatizado pelo senso comum como possibilidade única, exatamente pela sua maior visibilidade, esquece e escamoteia toda uma gama variada e matizada de situações sutis e complexas, que fizeram face a esse processo injusto. [...] acaba por deixar nossa atenção de uma série de outras situações de resistência, nas quais os negros não o de refúgio armado, tornado visível pela historiografia oficial, mas outros papéis de um confronto reativado, na sua aparência atenuada, em relação à sociedade escravista ou recém pós-escravista no Brasil do final do século XXI e início do século passado (Anjos e Silva, 2004, p.29)

1.5.2 Quilombos no Brasil

Os remanescentes de quilombo no Brasil em função da triste trajetória dos negros trazidos para o país através do tráfico de escravos, diante de tanta desumanidade com os negros e negras do país, alguns deles tinham que reagir contra a situação e fugiam dos castigos diretos na carne sem piedade. Podemos perceber os detalhes mais claramente por datas o que aconteceu em cada período da história até a constituição de 1988, é uma cronologia que informa o que aconteceu com este povo que para escapar iam para terras distantes para ter liberdade

Uma Cronologia Dos Negros No Brasil

1549 – Desembarcam na Bahia os primeiros africanos para trabalhar como escravos no Brasil

1741- Alvará determina que os escravos presos em quilombos recebam uma marca na testa, a letra f, feita com ferro em brasa.

1824- Decisão declara que os escravos capoeiros aprisionados sofram o castigo de duzentos açoites, além de cumprir a pena de três meses de trabalho.

1825 – Decreta-se que os escravos podem ser revistados a qualquer hora, estão proibidos de portar armas e, após o toque de recolher, não devem para nas esquinas, nem assobiar ou emitir qualquer sinal.

Os comissários de polícia são instruídos a evitar a formação de grupos de escravos ou forros e a açoitar no lugar mais público, onde estaria fincado um mourão com duas argolas, aqueles que fossem presos como fugitivos ou quilombolas.

1831- O governo brasileiro declara ilegal a tráfico de africanos, decisão que, entretanto, não acatada. Proibição de castigo de mais de cinquenta açoites aplicados aos escravos presos.

1838 – O governo de Sergipe proíbe a entrada nas escolas públicas de africanos livres ou libertos e de portadores de doenças contagiosas.

1850 – Estabelece –se que o escravo açoitado seja condenado a {usar um ferro}.

A Lei Eusébio de queiros extingue o tráfico negreiro

1869. Os escravos não devem mais ser vendidos em leilões públicos, os maridos não podem ser separados das esposas e nem os pais de seus filhos.

1871 – A Lei de ventre livre liberta os filhos das cativas, mas institui que esses ingênuos devem servir a seus senhores até os oitos anos de idade, permanecendo a sua disposição até os 21 anos. Reconhece-se ao escravo o direito de constituir pecúlio, mediante o qual ele indenizará seu proprietário para obter a alforria.

1885 – A Lei Saraiva- Cotegipe liberta os escravos com idade superior aos 65 anos, os quais, no entanto, devem continuar servindo a seus senhores por mais três anos. Fixa-se também uma tabela de preços de escravos com base na qual é calculado o valor das alforrias.

1886 – Fica proibido o açoite nos castigos aos escravos.

1888 - A Lei Áurea abole a escravidão no Brasil

1890 – Decreto sobre imigração autoriza a entrada de africanos e asiáticos no país somente com permissão do congresso nacional. A prática da capoeira é incluído como crime no código penal.

Rui Barbosa decide queimar documentos referente à escravidão.

1924- Surge em São Paulo o jornal o Clarin da Alvorada, um dos principais órgãos da imprensa negra.

1931- Fundação da frente negra brasileira em São Paulo, primeira organização negra de âmbito nacional.

1937 - Fechamento da frente negra brasileira pela ditadura do estado novo.

1944 – O teatro experimental do negro é aberto no Rio de Janeiro por Abdias Nascimento.

O Poeta e ator negro Solano Trindade, autor de poemas antológicos como "Sou negro" lança seu primeiro livro, intitulado "Poemas de uma vida simples."

1945- Reorganiza-se o movimento negro a partir de São Paulo e Rio de Janeiro, reivindicando a anistia, a convocação de uma assembleia constituinte e o fim do preconceito racial. O decreto de Getúlio Vargas adverte que a imigração deve "desenvolver na composição étnica do país as características mais convenientes de sua ascendência europeia".

1951- É aprovada a lei Afonso Arinos, que veda a discriminação por motivos de raça, cor ou religião.

1969-A Ditadura militar cesura a publicação de notícias sobre índios, esquadrões de morte, guerrilhas, movimentos negros e discriminação racial.

1974- Surge em Salvador o Ilê Ayê, primeiro bloco afro criado no país.

1976- É suspensa, na Bahia pela primeira vez no Brasil, a exigência de registro policial para a abertura de tempos de cultos afro-brasileiro.

1978- Criação do movimento negro unificado (MNU) que elege 20 de novembro data da morte de Zumbi, como o Dia Nacional de Consciência Negra.

1979- O Item cor é incluído no recenseamento de 1980 após a entrega de um manifesto ao IBGE, assinado por mais de cem sociólogos, pesquisadores e entidade negras.

1982- O terreiro de candomblé casa branca do engenho velho ilê iyá nassô é o primeiro do Brasil a ser tombado como patrimônio histórico pela prefeitura de Salvador.

1988- O racismo torna-se um crime inafiançável de acordo com a nova constituição do país.

Nos dias atuais a situação dos quilombos no brasil é até considerada boa pois em Brasília temos um departamento exclusivo para cuidar da população mais lutadora pelo seu direito de não se deixar escravizar são descendentes de pessoas que resistiram a essa barbárie que ocorreu em nosso país, a escravização.

O Departamento responsável é a SEPPIR (secretaria de proteção da igualdade racial) relata que o quilombo no nosso país hoje associa-se na imaginação da

maioria dos brasileiros como uma parte da população que desapareceu com a libertação dos escravizados.

Ao contrário do que se imagina as comunidades remanescentes de quilombos estão presentes na maioria dos estados brasileiros, segundo uma pesquisa da fundação cultural palmares, do ministério da cultura existem 3.524 comunidades remanescentes de quilombos no brasil.

Em outras fontes este número pode alcançar o número total de cinco mil comunidades. Os quilombos eram formados por um número elevado de escravos, que viviam longe do centro urbano, em regiões onde para chegar se tornava muito difícil. Esses locais eram as matas, selvas e montanhas que os negros acabavam dividindo-se em aldeias nas quais seus moradores constituíam seu modo de sobrevivência, dedicando-se ao trabalho possível na região.

Esses negros sobreviveram com muita dificuldade por conta do isolamento, mas o fizeram pelo para continuar cultuando suas origens e tradição mantida até os dias de hoje, mantendo suas especificidades e garantindo sua territorialidade, preservando sua identidade étnica e cultural.

No período colonial o mais importante quilombo foi o quilombo dos palmares, que se localizava na serra da barriga estado de alagoas, este quilombo teve duração de mais de um século, e hoje é um moderno símbolo brasileiro, significando resistência a escravatura e simbolizando a resistência do africano.

Hoje a comunidade remanescente de quilombo tem muitas conquistas, os movimentos negros e lideranças das comunidades partiram para a conquista dos seus direitos de cidadania.

Essas lideranças participaram da elaboração da constituição federal de 1988, que garante o direito a preservação de sua cultura e identidade, assim como o direito à titulação das terras, habitadas por homens e mulheres, das suas respectivas gerações que rejeitam a condição do regime escravocrata e criaram uma outra forma de relação social gerando um novo modelo de sociedade.

No dia 20 de novembro de 2003 pelo decreto 4887/03 foi regulamentado os procedimentos de identificações, reconhecimentos e delimitações demarcando e

titulando as terras ocupadas pelos remanescentes de quilombos. O governo federal criou em março de 2004 o programa Brasil Quilombola, uma política quilombola de estado, para essas comunidades, estendendo ações integradas os diversos órgãos do governo, os direitos adquiridos pelo decreto 4887/03 foram assumidos como prioridades do governo, tais ações estão sob coordenação da (SEPPIR) através da subsecretaria de políticas para as comunidades tradicionais.

As comunidades remanescentes de quilombos são devidamente representadas por seus líderes e participam na elaboração e formulação de políticas públicas e instalação de equipamentos sociais nas comunidades.

O estímulo ao desenvolvimento sustentável e apoio as estratégias e objetivos para alterar as condições de vida nestas comunidades, isto é meio de reparar a injustiça histórica a qual a população negra no Brasil foi submetida, a garantia do acesso à terra, para a identidade étnica é um fator primordial para a preservação destas comunidades.

1.5.3 Quilombos no Estado de Paraná

Foi o Paraná o primeiro estado a reconhecer e planejar uma política pública de ação afirmativa de educação escolar para as CRQs, com o intuito de diminuir o estrago da exclusão na educação, que define a vida das crianças, jovens, adultos e idosos quilombolas.

O Estado agiu assim em respeito a estas comunidades que mesmo sendo rejeitadas pela sociedade, lutam para transpassar essas correntes invisíveis que castigam a si próprios, mesmo com o direito adquirido pela constituição federal que atribui o direito à educação a todos os brasileiros.

Desta forma sendo o estado, promotor de políticas públicas formulou imediatamente a implementação de uma política específica as CRQS. Segundo Souza (2006, p.24) não existe uma única, nem melhor definição sobre o que seja política pública. ”

O Estado do Paraná vem desde então priorizando educacionais às CRQS, vamos observar acontecimentos marcantes na educação escolar quilombola.

1996. Foi criado pelas CRQS o (CONAQ) coordenação nacional de articulação das comunidades negras rurais.

2003-Lei 10.639/03- que torna obrigatório o ensino de cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

2005-Foi criado o GTCM (grupo de trabalho Clóvis Moura). Que entrou com pauta na discussão era um projeto antes restringido pela SEED, mas tornou-se realidade com objetivo singular de apurar dados sociais, econômicos, históricos, culturais e educacionais.

2006-A professora Clemilda Santiago Neto solicita a s instâncias governamentais estrutura para realizar uma ação pública para as CRQ de João Surá no município de Adrianópolis, onde foi solicitada que comparecessem representantes da secretaria do estado para que ouvíssemos as solicitações. Desta Comunidade. As lideranças expuseram suas reivindicações para a educação, saúde, saneamento, condições de mobilidade, meio ambiente e produção tudo foi encaminhado à secretaria responsável. No conteúdo requisitado incluíram-se a construção de uma unidade escolar na região m face do difícil acesso as escolas vizinhas,

2009-I Seminário panorama quilombola: experiências e políticas em terra, cultura e educação.

2010-Implementação em caráter experimental de funcionamentos de ensino e médio educação de jovens e adultos que tem por fundamentos a proposta pedagógica quilombola a partir desta data.

2011-I Encontro de educação quilombola no rio grande do sul.

2012-O conselho nacional de educação pela resolução CNE/CEB nº8, de 20 de novembro de 2012, define diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na educação básica:

A educação escolar quilombola é desenvolvida em unidades educacionais, inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito às

especificidades étnico cultural de cada comunidade e formação do seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a educação básica brasileira. Na estrutura e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (Brasil, 2012, p.1).

Segundo O GTCM, apresentando o trabalho com o resultado de pesquisas em comunidades quilombolas em regiões do estado, os autores deste documento se referem ao relatório com sendo uma fase rica onde conseguiram descobertas, reconhecimentos, conquistas e frustrações.

A Pesquisa teve participação de várias pessoas ligadas aos mais diversos campos de conteúdo relacionados a vida no quilombo. o grupo de trabalho só foi formalizado porque contou com o apoio do governo estadual em exercício Roberto Requião de Mello e Silva, fizeram parte do grupo os membros da secretaria da educação sr.Maurício Requião de Mello e Silva, Altevir Rocha de Andrade, Evelyse Freitas de Souza arco verde, isso ocorreu pela resolução conjunta de 01/2005 e incluía além dos nomes já citados, a SEED/,SEEC/SEAE/SEMA/SECS, pelas quais foram instituídas e determinaram: um levantamento básico das comunidades remanescentes de quilombos e “terras de pretos ”no Paraná .o levantamento foi executado por vários integrantes do GTCM entre os anos de 2005 a 2010 são eles:

Glauco Souza Lobo-SEEC, Fernanda Castro Paula –SECS, Jefferson De Oliveira Salles-SEED, Claudemira Vieira Salles—SEED, Nara Souza Oliveira, Elias De Araujo----PMPR, Mari Eduarda Ribeiro De Souza Lobo ----SEED, Jurandir De Souza---SEED, Agnaldo Jose De Souza----SEED, Eunice Souza Paula ----SEED

Tosca Zamboni-Sema, João Carlos Moraes COPPI----SEED, Jorge Ferreira De Souza-----SEED-ARQUIVO PÚBLICO, Cristina Ap. Gameiro F. De Souza---SEED, Rubens De Souza Belo---SEED, Tania Mara Pacífico----SEED

“ Durante o trabalho com entrevistas ao grupo, as mesmas tiveram consciência de quem eram realmente e que tinham direitos desconhecidos até então, passaram a saber de sua história e escravização e de suas consequências, os pesquisadores começaram a perceber a necessidade do grupo. O GTCM foi fotografando,

perguntando, conversando, mas sem deixar acontecer mudanças, pois a qualquer observação não atenciosa eles mostravam-se “ressabiados.”(GTCM pag.11)

O GTCM também registrou sobre a educação quilombola sua tradição e cultura, onde os educadores do grupo reforçam as orientações de Souza (2005) que argumenta relatando que o estudo não pode ser imposto ao aluno, pois cada educando tem seu modo de compreender seja qual for sua cultura, eles possuem uma construção de visão de mundo diferente, são capazes de saber um saber próprio. E por isso existe a necessidade de que os professores se preparem para relacionar-se com os educandos considerando o saber aprender deles Souza (2005) aponta para o fato de considerar elementos na perspectiva da cultura quilombola, que contenha uma organização pedagógica, com referência entre teoria e prática.

Em 2008 foi contratada uma professora da região formada em pedagogia casada com um quilombola da comunidade para lecionar nas séries iniciais, a mesma só trabalhava os valores civilizatórios europeus, a maioria dos docentes ainda trabalham sem cumprir a lei 11.645/08 em que Lopes (2010) reforça a importância de se trabalhar com os valores civilizatórios africanos e indígenas considerando a localização da escola, para a promoção da igualdade das relações étnico-raciais. Esta autora usa como exemplo a reflexão de Hampâté Bâ (2003) que escreveu “na escola dos mestres da palavra”, explicou brilhantemente, como se fosse um verdadeiro contador de histórias africano, capaz de ensinar sobre vários assuntos abrangendo os diversos campos do conhecimento de contexto referente à época, eles eram considerados mestres pois possuíam sabedoria para narrar sobre qualquer assunto, aproveitando o que se conhece por “ciência da vida. ”

No Brasil nas escolas ainda existe muito impedimento para que se cumpra a 10.639/03 e 11.645/08 Moore (2008), mesmo assim nosso país é o único país na América Latina a tentar com medidas que tem o objetivo de eliminar e reverter a ideia de racismo e desconstruir o ato de exclusão dos indígenas e afrodescendentes.



Figura 1 – População negra e comunidade quilombolas no Paraná

Fonte: Livro Relatório Do Grupo De Trabalho Clóvis Moura 2005- 2010, p. 16

2. METODOLOGIA

2.1 Descrição do lugar de estudo

O presente trabalho foi realizado através de pesquisa documental utilizando os documentos existentes nos departamentos de ensino da universidade federal do Paraná. Foram encontrados os trabalhos em formato de dissertação, tese e monografias. A pesquisa foi iniciada em janeiro de 2014 e finalizou em outubro de 2015.

Foram investigados os trabalhos nas plataformas do acervo digital da instituição e também as produções que se encontram na biblioteca, tais trabalhos relacionados a temática das CRQS.

A pesquisadora para realizar este trabalho deslocou-se a 74 km da sua residência que fica no litoral do Paraná em Paranaguá durante os períodos de 2014 e 2015. quando chegava sempre aos sábados passava o dia na universidade alimentando-se no restaurante universitário.

Os textos analisados são na modalidade de mestrado e doutorado do setor da educação da UFPR.

Foram averiguados também o acervo virtual do referido departamento. Durante a pesquisa também foram encontrados trabalhos relacionados a temática das CRQS em outros departamentos de ensino da instituição.

Foi um trabalho árduo, mas compensador pelo grande conhecimento adquirido pela pesquisadora.



Figura 02 - Universidade Federal do Paraná – Campus Reitoria

A pesquisa teve seu desenvolvimento na universidade federal do Paraná, sito a rua general Carneiro nº 43, no edifício Dom Pedro I campus reitoria. Esta instituição fica localizada no centro da capital do estado do paraná em sua capital Curitiba, fica a 74 e quatro quilômetros da cidade de Paranaguá litoral do Paraná. A pesquisadora utilizou para encontrar as informações a biblioteca, para a pesquisa de análise de conteúdo.

Foi averiguado também o acervo virtual do referido departamento. Durante a pesquisa também foram encontrados trabalhos relacionados a temática das CRQS em outros departamentos de ensino da instituição.

A pesquisa foi devidamente desenvolvida na UFPR, campus reitoria sito a rua general Carneiro, número 43 no edifício Dom Pedro I. Esta instituição fica na capital do estado do Paraná.

A escritora desta monografia reside no litoral em Paranaguá é pesquisadora da educação escolar quilombola no estado do Paraná, a mesma para concretizar este trabalho deslocou-se por um ano meio para pesquisar de fevereiro de 2013 a novembro de 2015.

2.2 Tipo e abordagem da pesquisa

Para se obter um levantamento mais claro sobre os dados, foi realizada a pesquisa documental sobre os trabalhos escritos –estudo bibliográfico. Foram analisados também os trabalhos de pós-graduação com ênfase para as especializações. As autoras LAKATOS E MARCONI afirmam que;

“A característica da pesquisa documental é que a fonte de coleta de dados está restrita a documentos escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ou fenômeno ocorre ou depois.(GONÇALVES, 2003 p.12).”

2.3 Universo/população e amostra

A unidade de análise (população objeto) foram 10 trabalhos científicos, de dez pesquisadores, realizados na UFPR de 2007 A 2012. Foram verificados, os trabalhos de dez autores, sendo três produções analisadas pelos conceitos mais evidenciados em suas pesquisas nos trabalhos de mestrado e doutorado no referido período acima descrito.

Os demais trabalhos foram apreciados e comentados pela pesquisadora fazendo a diferenciação entre as pesquisas de CRQS (Comunidades Remanescentes De Quilombolas) nos Departamentos de Educação e os Departamentos de Ciências Sociais, Antropologia, Sociologia e Direito.

Os comentários foram diversos, mas com um interesse próximo da realidade das CRQS. Os autores e suas obras são.

Os autores com suas obras foram:

1-Jeferson de Oliveira Salles –obra- “Porque o pinhão cai longe do pinheiro” o saber socialmente construído no conselho dos anciãos.

2-Júlia Frozza obra “Fontes documentais e cultura material; presença indígena no quilombo dos palmares”

3-Maicon da Silva Stuernagel obra” Vocês são do quilombo, não é? Identidade, parentesco e ruralidade na comunidade quilombola do militão”

4-Edimara Gonçalves obra -“Do quilombo a escola; OS efeitos nefastos das violências silenciadas”

5-Giovanna Bonilha Milano obra ”Direitos étnico-territoriais das comunidades remanescentes de quilombolas: contribuições para o diálogo entre diversidade e direitos no Brasil”.

6-Ariane Cristina Ferreira de Souza Obra-“ Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional da população negra; um resgate da cultura alimentar em comunidades quilombolas. ”

7-Ingeborg Anni Rulf Cofré obra -“Desafios do reconhecimento da diferença: análise de dois processos de etogênese de comunidades quilombolas no Paraná. ”

8-Natalia Demes Bezerra Tavares Pereira obra “Resistencia a re-existencia: ensaio sobre a identidade quilombola entre o direito e a antropologia.

9-Cassius Marcellus Cruz-obra-Trajetórias lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar quilombola no Paraná no início do III Milênio.

10-Edimara Gonçalves Soares obra “Educação Escolar Quilombola; Quando a política pública diferenciada é indiferente.

2.4 Critérios de inclusão

A pesquisa inclui como participantes os trabalhos encontrados online e na biblioteca da universidade federal do paraná.

Os trabalhos muito bem elaborados e que podem ser apreciados para todos os departamentos da UFPR, para que todos os docentes tenham conhecimento, pois são informações de muito préstimo para nossa sociedade brasileira.

2.5 Aspectos éticos

A pesquisa de análise de conteúdo busca remeter ato de sintetizar esta análise como uma ferramenta de estudo que segundo o autor Berelson, sendo um dos primeiros estudiosos a sintetizar este tipo de estudo, na década de 40, tinha uma definição para a análise de conteúdo que seria, “análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa que visa uma descrição do conteúdo manifesto de comunicação de maneira objetiva, sistemática e qualitativa”.

Os autores Olabeunaga e Ispizúa (1989), classificaram análise de conteúdo como:

“Uma técnica para ler e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos, que analisados adequadamente nos abrem portas ao conhecimento de aspectos e fenômeno da vida social de outro modo inacessíveis”.

Os autores Olabuenaga e Ispizúa (1989, p 185): explicam que as análises de conteúdo podem ter significados e sentidos diferentes a partir dos seguintes itens segundo os autores acima citados:

“ (A) O sentido que o autor pretende expressar pode coincidir com o sentido percebido pelo leitor mesmo; (b) o sentido do texto poderá emitir ser diferente de acordo com cada leitor. (c) um mesmo autor poderá emitir uma mensagem, sendo que diferentes leitores poderão captá-la de forma com sentidos diferentes; (d) um texto pode expressar um sentido igual o próprio autor não esteja consciente. ” (Cliente, Argo.Com.Br/~Mgos/Analise_De_Conteudo_Moraes.Html 21/12/2015 14:28)

2.6 Técnicas de coleta e instrumentos de pesquisa

Inicialmente, se fez uma revisão dos trabalhos realizados no mestrado e doutorado, assim tendo maior autoridade e força científica. Entre eles:

- a) Leitura e interpretação dos trabalhos na modalidade mestrado e doutorado.
- b) Um trabalho na modalidade de mestrado do ano de 2007.
- c) Um trabalho na modalidade de mestrado do ano de 2008.
- d) Um trabalho na modalidade de doutorado de 2012.

Durante a pesquisa foram selecionados sete trabalhos de departamentos diferentes da UFPR. Estes trabalhos foram estudados e foram escritos sobre eles comentários a respeito dos resumos que os mesmos apresentavam em um quadro onde aparecem nestes trabalhos. Os comentários foram feitos porque tais pesquisas falam da temática das CRQS.

O instrumento foi a análise documental, baseado nos trabalhos dos 10 autores mencionados. O conteúdo foi analisado seguindo os eixos temáticos formulados nos objetivos específicos, com a intenção de responder ao problema do estudo.

3. RESULTADOS

3.1 Mapeamento das produções científicas realizada na UFPR Sobre a temática das CRQS

Foram encontradas as seguintes produções:

1 monografia de especialização em educação do campo.

3 dissertações no setor de ciências sociais e antropologia.

3 teses no setor de direito.

1 monografia no setor de ciências humanas letras e artes do departamento de história.

Estas pesquisas são voltadas mais para o campo da identidade e pertencimento.

O quadro abaixo traz o ano o autor e o resumo de cada produção científica.

N°	Ano	Setor	Pesquisador (A)	Orientador (A)	Título
1	2007	Setor De Educação, Curso De Especialização Em Educação No Campo	Jeferson De Oliveira Salles	Graciliano Da Silva Dias	Porque O “Pinhão Cai Longe Do Pinheiro”: O Saber Socialmente Construído No Conselho Dos Anciões O Quilombo Paiol De Telha/Jeferson De Oliveira Salles.
2	2007	Setor De Ciências Humanas, Letras E Artes Departamento De História	Júlia Frozza	Renata Senna Garrafoli	Fontes Documentais E Cultura Material: Presença Indígena No Quilombo Dos Palmares
3	2007	Setor Ciências Sociais – Antropologia	Maicon Da Silva Steuernagel	Ricardo Cid Fernandes	“Vocês São Do Quilombo, Não É Identidade, Parentesco E Ruralidade Na Comunidade Quilombola Do Militão
4	2008	Setor De Educação	Edimara Gonçalves	Tânia Baibich	Do Quilombo Á Escola: Os Efeitos Nefastos Das Violências Sociais Silenciadas
5	2008	Setor De Direito	Giovanna Bonilha Milano	José Antônio Peres Gediel	Direitos Étnico-Territoriais Das Comunidades Remanescentes De Quilombolas: Contribuições Para O Diálogo Entre Diversidade E Direitos No Brasil
6	2009	Setor Ciências Sociais – Antropologia	Ariane Cristina Ferreira De Souza”	Marcos Silva Silveira	“Políticas Públicas De Segurança Alimentar E Nutricional Da População Negra: Um Resgate Da Cultura Alimentar Em Comunidades Quilombolas
7	2010	Setor De Ciências Sociais-Antropologia	Ingeborg Anni Rulf Cofré	Liliana Mendonça Porto	Desafios Do Reconhecimento Da Diferença: Análise De Dois Processos De Etnogênese De Comunidades Quilombolas No Paraná
8	2010	Setor De Direito	Natalia Demes Bezerra Tavares Pereira	José Antônio Pires Gediel	Resistência A Re-Existência: Ensaio Sobre A Identidade Quilombola Entre O Direito E A Antropologia.
9	2012	Setor De Educação	Cassius Marcelus Cruz	Tânia Maria Baibich-Faria	Trajetórias, Lugares E Encruzilhadas Na Construção Da Política De Educação Escolar Quilombola No Paraná No Início Do III Milênio
10	2012	Setor De Educação	Edimara Gonçalves Soares		Educação Escolar Quilombola: Quando A Política Pública Diferenciada É Indiferente

Tabela 01 – Mapeamento dos trabalhos analisados.

Fonte: Acervo Da UFPR. Adaptado por Edicelia Maria dos Santos de Souza, 2014

Início dos comentários da pesquisadora sobre os trabalhos científicos realizados na UFPR sobre as CRQS de 2007 a 2012.

1º. Por que o pinhão cai longe do pinheiro; o saber socialmente construído no conselho dos anciãos do quilombo paiol de telha.

Autor: Jeferson De Oliveira Salles:

Este trabalho é uma monografia de especialização de educação do campo, produzido em 2007, na universidade federal do paraná.

Neste trabalho o autor aborda a expropria o de alguns quilombolas .diante do fato que traria o afastamento e abandono de muitos quilombolas da comunidade foi criado em 2006 o conselho dos anciões o mesmo foi criado com a inten o de trabalhar, utilizando a memória dos mais velhos seu conhecimento para valorizar a vida dos quilombolas, levando em conta e considerando as suas experiências que poderiam auxiliar os mais novos .os tais aprenderiam a praticar a oes que evitariam a dissolu o da comunidade quilombola.

Desta forma os membros dos grupos, crianças, jovens e adultos olhariam para os idosos não como seres acabados, mas como exemplos de vida, olhando a valoriza o da vivência e experiência dos mesmos para compreender a vida numa comunidade quilombola.   o que nos esclarece o autor Léon Ngoy Kalumba, sacerdote jesuíta congolês quando diz que: E ainda seriam participantes da discussão da questão agrária, para assim contribuir para que o grupo tenha uma vida digna dentro destas comunidades.

2º Fontes documentais e cultura material: Presença indígena no Quilombo dos Palmares.

Autora: Júlia Frozza

No texto a autora discorre sobre um estudo para a compreensão da vida diária, no quilombo dos palmares, pois não poderiam ser compreendidos somente com textos

em formato de carta e diários, que serviam de contato entre os europeus com os quilombolas. No século XVII, estas cartas, não tinham nenhuma condição de oferecer informações precisas. Júlia nos explica que:

“Com a pesquisa arqueológica na região da serra da barriga em 1990, no atual estado de Alagoas, nordeste brasileiro, estudiosos puderam compreender aspectos do cotidiano do quilombo dos Palmares, que até então não podiam ser entendidos apenas com o uso de documentos escritos. Esses documentos, que são em sua maioria cartas, diários e relatórios produzidos pelos europeus em contato com o quilombo no século XVII, apresentam apenas algumas informações que não tem condições de um conhecimento profundo sobre a complexidade cultural nesse contexto. A historiografia de Palmares se desenvolveu principalmente durante o último século XX e início do XXI, e agora também como fontes da cultura material, é um endossamento das discussões sobre a agência dos diferentes grupos étnicos, com distintas identidades, ativamente participantes no processo de formação cultural e relações sociais em Palmares. Por meio de um diálogo interdisciplinar entre história e arqueologia, com o uso de documentos escritos do século XVII e de fontes da cultura material foi possível uma análise mais cautelosa do cotidiano do quilombo que possibilita interpretações mais amplas sobre a rede de relações sociais da área do quilombo de Palmares, no século XVII, enfocando, principalmente, a presença indígena.” (Frezza Júlia 2007, p 5)

Na comunidade do quilombo dos palmares, no século.

XX e XXI. A história deste quilombo passou então por um endossamento das discussões sobre diferentes grupos étnicos e suas especificidades, que participavam de um processo cultural e social de Palmares, esta ação aconteceu através de uma fonte interdisciplinar envolvendo história e antropologia.

Assim chegou-se a uma melhor interpretação dos documentos do século XVII considerando uma análise bem cuidadosa do relacionamento social no quilombo de Palmares com a presença indígena.

3º. Vocês são do Quilombo, não é? Identidade, parentesco e ruralidade na comunidade quilombola do Militão.

O Autor Desta Pesquisa É Maicon Da Silva Steuernagel.

Trata-se de uma monografia de graduação realizada em 2007 na universidade federal do Paraná, foi encontrada no departamento de ciências sociais e antropologia.

A pesquisa está relacionada aos questionamentos e traça linhas de interesse sobre a percepção da real condição do quilombola no sul do Brasil. O autor comenta sobre a questão sinteticamente sobre o conceito e do marco legal do quilombo.

A respeito do sistema escravista, por ser muito estereotipado. Ele destaca também a importância do trabalho etnográfico efetivo, a percepção das categorias nativas, principalmente no que se refere às relações de pertencimento e identidade.

O autor busca sistematizar a problematização desenvolvida no âmbito da antropologia e a etnografia na região sul, o autor Steuernagel resume assim:

"Este trabalho visa traçar linhas de interesse e questionamento acerca da percepção da realidade quilombola no sul do Brasil. Acompanho sinteticamente acerca do conceito e do marco legal de quilombo, ressaltando aspectos que são relevantes para a especificidade regional e enfatizando questionamentos a aplicabilidade de modelos - quilombo, negritude e relações próprias do sistema escravista - demasiadamente estereotipados. Nesse contexto resalto a relevância fundamental do trabalho etnográfico efetivo, eminentemente contextual e comprometido com a percepção das categorias nativas, especialmente no que tange às relações de pertencimento e identidade. Posteriormente busco sistematizar a discussão sobre campesinato desenvolvida no âmbito da antropologia, por fim faço apontamentos considerando etnografia de quilombos na região sul." (Steuernagel Maicon Silva, 2007 p,1)

4º Do quilombo à escola: Os efeitos nefastos sobre as violências silenciadas

Autora: Edimara Gonçalves Soares

Esta pesquisa foi realizada em espaços frequentados por crianças negras e quilombolas onde se constrói a identidade das mesmas, tendo como objetivo principal compreender um dos significados da escola e do quilombo para a criança negra.

A autora também buscou encontrar as manifestações de auto ódio desses sujeitos, para defender-se com ou sem consciência a situação de preconceito a que sujeita. Ela busca saber como a escola reage com estas situações em que criança sofre tornando-se frágil, portanto sem reação. Percebe-se então segundo a autora que a pesquisa foi qualitativa, pois analisou a subjetividade dos sujeitos, procurando descobrir os significados do que viviam e de como se sentiam.

Ela ressalta que o fato da criança negra e quilombola não serem aceitos na escola resulta das violências sociais, pois ser quilombola neste país enfrentar a classificação social dada aos quilombolas como seres sem valor e, portanto, inferior. as crianças quilombolas negras quando adentram ao espaço escolar já são marcadas por essa inferioridade que a violência social impôs aos quilombolas, é importante o que autora escreve sobre é de suma importância a respeito da atitude da escola quando ignora o sentimento de uma criança que sofre o preconceito ,que não vive mas sobrevive e está sobrevida mantida com o a opção de abandono de sua pertença, utilizada como uma triste ferramenta de defesa, em face da opressão social ao negro e negra quilombola .para esta autora:

“Esta pesquisa foi realizada com sujeitos que transitam por espaços sociais distintos: quilombo e escola, ambos entendidos como espaços que ocorrem a construção da identidade das crianças negras quilombolas. O objetivo da pesquisa é buscar uma, dentre as possíveis compreensões dos significados de ser criança negra quilombola na escola e no quilombo. Também é objetivo deste estudo reconhecer manifestações do fenômeno do auto-ódio desses sujeitos, como tentativas de defesa, conscientes ou não, ao preconceito vivido, que por sua vez redundam em ataque, dado que constituem uma “ferida indelével” (Baibich, 2001, p.08). Assim, o objetivo central da pesquisa consiste em saber o que a escola faz com a identidade fragilizada das crianças vítimas do preconceito ao quadrado. A opção metodológica demanda pelo objeto de estudo desta pesquisa foi a pesquisa qualitativa, Considerando Que Era Preciso Imergir Na subjetividade dos sujeitos, buscando captar sentidos e significados das situações vividas por eles/as. Percebemos que o sentimento de negação ao quilombo está diretamente relacionado com as violências racistas sociais, pois dizer-se quilombola é assumir uma pertença duplamente desprezada, é assumir-se desvalorizado, inferiorizado. As crianças adentram ao espaço escolar carregando essa identidade fragilizada, e são constantemente perseguidas e atacadas em suas características inerentes. A escola ignora o sofrimento dessas crianças diante da inferioridade que lhe é imputada pelos outros. Assim mediante suas falas e seus olhos cheios de lágrimas as crianças nos revelam que carregam uma identidade que não vive, mas assim, sobrevive. Mostram que esta sobrevida é nutrida com as forças do mais profundo desejo de abandonar a condição de ser visto que essa é talvez a única, e também a última e trágica estratégia encontrada como mecanismo de defesa, diante da cruel e dolorida perseguição étnica negra e quilombola. ” (Soares Gonçalves Edimara, 2008. P, 8)

5º Direitos étnicos, territoriais das comunidades remanescentes de quilombolas: Contribuições para o diálogo entre diversidade e direitos no Brasil.

Autora: Giovanna Bonilha Milano

Este trabalho foi produzido em 2008 por Giovanna Bonilha Milano, trata-se de uma dissertação de mestrado do departamento de direito da universidade federal do

paraná. A autora realizou a pesquisa com o objetivo de analisar a efetivação dos direitos dos quilombolas no que diz respeito aos territórios no Brasil.

Mesmo após a libertação dos escravos havia uma resistência para a desconstrução da idealização de quilombo e esta resistência impedia esta legalização de propriedades habitadas por quilombolas, reforçadas pela invisibilidade do estado brasileiro, no tocante do direito do quilombola ainda visto na condição de escravo, sem direito ao título de propriedade da terra. Esta invisibilidade só é interceptada com a promulgação da constituição federal de 1988, que por força da lei tornou os remanescentes de quilombo proprietários definitivos de suas propriedades por eles ocupadas. A autora então diz:

“À presente pesquisa tem por objetivo analisar os avanços e entraves para a efetivação dos direitos territoriais quilombolas no Brasil. Para tanto, inicia-se o estudo com a investigação destes agrupamentos junto ao processo de formação social brasileiro, com vistas à desconstrução da noção idealizada de quilombo e seu redimensionamento na dialética dos Conflitos Reais Subjacentes a estas experiências históricas de resistência. Itinerários de escravidão e liberdade protagonizados por estes sujeitos que, mesmo após a liberação oficial da mão de obra escrava, mantiveram-se na condição invisibilidade aos olhos do estado brasileiro. Terra e escravidão apresentam-se Como Duas Vias desta mesma trajetória, em que a realização de um processo de cidadania inacabado e excludente combina-se com a inauguração de propriedade privada na terra no Brasil e o conseqüente impedimento do acesso formal destas coletividades ao território onde vivem. Invisibilidade parcialmente interrompida somente com a promulgação da constituição federal de 1988, que representa um marco jurídico relevante, na medida em que reconheceu aos remanescentes de comunidades de quilombos a propriedade definitiva das terras que estejam ocupando. Inaugura-se, a partir daí um campo de disputas políticas para a atribuição de significado ao texto constitucional, pautando no antagonismo entre a garantia territorial destas coletividades e os esforços para manutenção e salvaguarda dos interesses proprietários. Um embate que se localiza no esforço de concretização destes direitos territoriais coletivos diante das cercas jurídicas edificadas sobre o individualismo proprietário que caracteriza a modernidade jurídica e que se desdobra no equacionamento entre territórios, cultura e propriedade privada”.

6º Políticas públicas de segurança alimentar e nutricional da população negra: um resgate da cultura alimentar em comunidades quilombolas”

Autor: Ariane Cristina Ferreira de Souza

O trabalho a seguir tem por título: “políticas públicas de segurança alimentar e nutricional da população negra: um resgate da cultura alimentar em comunidades quilombolas”, foi encontrada no setor de ciências sócias e antropologia e organizada pela pesquisadora que teve como objetivo verificar sobre a questão da segurança

alimentar e nutricional dos negros e negras especificamente das comunidades especificamente quilombolas no aspecto étnico. A mesma atenta para o fato de que através das políticas públicas seja garantida a segurança alimentar desta população. na investigação ela relata que ao implantar as políticas que tem ligação direta e que forma o atual conceito de San, por meio delas, torne-se acessível o resgate e a preservação da cultura alimentar das comunidades remanescentes de quilombos. A autora resume o trabalho dizendo:

“O presente trabalho trata da segurança alimentar e nutricional da população negra, especialmente das comunidades quilombolas, sob o aspecto étnico - racial da segurança alimentar e nutricional da população negra, especialmente comunidades quilombolas, sob o prisma da particularidade étnico-racial que as políticas públicas devem voltar sua atenção para o fato de garantirem a segurança alimentar e nutricional. Investigou-se a implantação destas políticas relacionadas a íntegra que forma o atual conceito san, de modo tal que por meio delas, seja possível resgatar e preservar a cultura alimentar dos remanescentes de quilombos no estado do paraná. Realizou-se esta pesquisa no âmbito da alimenta o/nutri o buscando identificar os hábitos que possibilitassem que os mesmos se reproduzam. As informa es foram obtidas através de observa es e entrevistas nas comunidades visitadas, com foco nas memórias inter-relacionais. Confrontou-se com relatos com os resultados do QFA e recorda t rio 24 h. verificou-se que alguns hábitos foram deixados no passado e outros vêm se perdendo sempre mais a medida em que se aumenta o grau de insegurança alimentar e nutricional, ameaçando constantemente a identidade étnico-cultural desses grupos socialmente excluídos e destituídos de suas posses. ” (Ariane Cristina Ferreira De Souza, 2009, P 3)

Esse trabalho foi realizado em fun o de interesses particulares de curiosidade a respeito de como acontece a alimenta o /nutri o nas comunidades quilombolas do estado do paraná.

A pesquisa buscou detectar as liga es entre alimenta o e a raiz étnica da comunidade de João Sur  e palmital dos pretos e averiguou ainda a o envolvimento de mudanças de hábitos. Constatou-se que alguns hábitos foram deixados no passado, outros se perdem quando aumenta a segurança alimentar e nutricional, o que para estas comunidades   uma ameaça a identidade étnico cultural destes cidadãos brasileiros quilombolas. A autora se pronuncia relatando que:

“O reconhecimento das especificidades sócio - culturais e históricas das 'comunidades quilombolas' no país   um fenômeno relativamente recente. Citadas na constitui o federal de 1988, sob a categoria jurídica de “remanescentes de das comunidades quilombos”, tais comunidades são decorrentes vêm enfrentando múltiplos desafios para que o seu direito   diversidade seja efetivamente garantido. os desafios e dificuldades enfrentados pelas comunidades são decorrentes do processo de nomea o oficial, desde sua origem na desinforma o do art.68 na carta magna, às diversas regula es infraconstitucionais em busca dos sujeitos de direitos, às apreensões que os agentes externos realizam sobre tais “comunidades quilombolas”, geralmente baseados em estereótipos homogeneizantes que não correspondem com a realidade das mesmas.com efeito durante o processo de reconhecimento oficial dessas comunidades se

explicitam os problemas de adequação de direitos coletivos às realidades diversas principalmente quando entram em interação diversa agentes externa - desde agentes estatais e agentes da sociedade envolvente - que muitas vezes apresentam categorias diferentes de apreensão do que sejam tais comunidades e que acabam impactando os modos de vida desses sujeitos de direitos. A identificação de comunidades quilombolas pelo grupo de trabalho Clóvis Moura, e a sua posterior certificação pela Fundação Cultural Palmares, estimulou o início de processos de regularização fundiária de territórios tradicionalmente ocupados, pelo INCRA, de ao menos sete comunidades no estado do Paraná. Contudo, a resposta das comunidades frente ao reconhecimento oficial e à Titulação Coletiva De Seus Territórios Não ocorre da mesma maneira entre os grupos negros rurais. Nos casos a serem analisados neste trabalho encontram-se duas comunidades situadas no mesmo município, Curiúva/PR, que mesmo apresentando vários aspectos em comum - história semelhante que remetem a memória de um casal ancestral em mesmo período, entre outros - assumem posturas diferentes frente a tal processo de regularização fundiária iniciado pelo estado. Dessa forma este trabalho busca compreender como as características de cada comunidade - sua organização social, a maneira de lidar com a memória, padrão de sociabilidade, entre outras - são os eixos orientadores das respostas diferenciadas. Assim, mais do que uma simples 'falta de compreensão' o processo, uma resposta negativa à titulação coletiva significa, sobretudo, uma correspondência às lógicas de resistência e estruturas internas específicas a cada comunidade." (Cofré Ingeborg Anni Rulf, 2010 p.1).

7º Desafios de reconhecimento da diferença: Análise de dois processos de etnogeneese de comunidades quilombolas no Paraná.

Autor: Ingeborg Anni Rulf Cofré

Monografia de Graduação, departamento De Ciências Sociais e Antropologia.
Produzido em 2010, E O Autor É Ingeborg Anni Rulf Cofré

Este trabalho analisa os desafios enfrentados pelos quilombolas como sujeitos de direito, ao reconhecimento as suas especificidades socioculturais e históricas por serem comunidades quilombolas, no Brasil o autor do texto chama de fenômeno recente. O GTCM estimulou o início dos processos de regularização de alguns territórios ocupados pelo INCRA, uns números aproximados de sete comunidades foram regularizados, no estado do Paraná. O autor analisou nesta pesquisa duas comunidades situadas no mesmo município, Curiúva/PR que apresentam vários aspectos em comum, contam a mesma história e fatos que se remetem ao mesmo casal ancestral que deixou a propriedade, fatos que confundem os agentes externos que visam com a informações detectar a veracidade do direito deste sujeito pela legalização das terras.

Essas comunidades segundo o autor passam por mudanças que geram transformações no relacionamento entre os grupos que são afetadas no

relacionamento com poderes locais e do estado. Surgem entre eles mudanças na organização social, na memória coletiva e até mesmo na autodenominação ou não de “negros e negras. Esses fatos todos são sentidos no processo de etnogênese-a “auto constituição como grupos sociais e culturais diferenciados”- pelo qual tais grupos devem passar a fim de entender as demandas externas de reconhecimento oficial. (Arruti,1997)

“O reconhecimento das especificidades socioculturais e históricas das ‘comunidades quilombolas’ no país é um fenômeno relativamente recente. Citadas na constituição federal de 1988, sob a categoria jurídica de “remanescentes de das comunidades quilombos”, tais comunidades são decorrentes em enfrentando múltiplos desafios para que o seu direito à diversidade seja efetivamente garantido. os desafios e dificuldades enfrentados pelas comunidades são decorrentes do processo de nomeação oficial, desde sua origem na desinformação do art.68 na carta magna, às diversas regulamentações infraconstitucionais em busca dos sujeitos de direitos, às apreensões que os agentes externos realizam sobre tais “comunidades quilombolas”, geralmente baseados em estereótipos homogeneizantes que não correspondem com a realidade das mesmas.com efeito durante o processo de reconhecimento oficial dessas comunidades se explicitam os problemas de adequação de direitos coletivos às realidades diversas principalmente quando entram em interação diversos agentes externos - desde agentes estatais e agentes da sociedade envolvente -que muitas vezes apresentam categorias diferentes de apreensão do que sejam tais comunidades e que acabam impactando os modos de vida desses sujeitos de direitos. A identificação de comunidades quilombolas pelo grupo de trabalho Clóvis Moura, e a sua posterior certificação pela fundação cultural palmares, estimulou o início de processos de regularização fundiária de territórios tradicionalmente ocupados, pelo INCRA, de ao menos sete comunidades no estado do paraná. Contudo, a resposta das comunidades frente ao reconhecimento oficial e à titulação coletiva de seus territórios não ocorre da mesma maneira entre os grupos negros rurais. nos casos a serem analisados neste trabalho encontram-se duas comunidades situadas no mesmo município, Curiúva/PR, que mesmo apresentando vários aspectos em comum - história semelhante que remetem a memória de um casal ancestral em mesmo período, entre outros -assumem postura diferentes frente a tal processo de regularização fundiária iniciado pelo estado .Dessa forma este trabalho busca compreender como as características de cada comunidade - sua organização social, a maneira de lidar com a memória, padrão de sociabilidade, entre outras-são os eixos orientadores das respostas diferenciadas. Assim, mais do que uma simples’ falta de compreensão’ o processo, uma resposta negativa à titulação coletiva significa, sobretudo, uma correspondência às lógicas de resistência e estruturas internas específicas a cada comunidade”. (Cofre Ingeborg Anni Rulf, 2010 p.1).

8º Resistência a re-existência-ensaio sobre a identidade quilombola entre o direito e a antropologia

Autor: Natalia Demes Bezerra Tavares Pereira

Este Trabalho monográfico, foi produzido no departamento de direito da universidade federal do paraná, este trabalho segundo autora é uma tentativa de esclarecer a influência que o direito exerceu e exerce, nas comunidades

remanescentes de quilombos. Ao compartilhar a sua identidade no seu existir, com o objetivo de apresentar conceitos étnicos direcionados a essas comunidades, com o reconhecimento do seu destino. Ela aborda ainda o decreto 4887/2003, o qual apresenta critérios para o reconhecimento do sujeito de direito quilombola.

A autora relata que este reconhecimento de destino criado pela constituição brasileira em 1998 coloca como exigência que os membros das comunidades quilombolas, usem na vida cotidiana entre si, a nomenclatura “remanescentes de quilombo”. Levando-se em conta as várias formações territoriais no Brasil, com suas diversas comunidades de negros em todo o Brasil.

Assim alguns juristas e alguns antropólogos no nosso país compreenderam que já se faz desnecessário que se utilize o termo “quilombo” como forma de caracterização. Existe ainda um modo de classificar que parece complicado a alguns membros das comunidades, que como destaca o autor Fredrik Barth-quando os grupos assimilam esta identidade quilombola, o seu comportamento passa a ser direcionado pela expectativa de classificação.

Essa relação então acontece entre a antropologia e o jurídico, assim isolados ou em grupos podem contribuir para possibilitar esta classificação e todo o grupo poderá tomar posse do seu pertencimento quilombola, como quilombola assim a autora relata que:

“Este trabalho pode ser descrito como uma tentativa de mostrar a influência que o direito de teve, e ainda tem, na existência de uma identidade compartilhada por grupos autodenominados ” comunidades remanescentes de quilombos’. O objetivo principal é tratar da imperatividade das normas jurídicas que trazem conceituações étnicas ao reconhecimento dessas comunidades. O decreto 4887/2003, ao trazer critérios para o reconhecimento do sujeito de direito quilombola criado pela constituição brasileira de 1988), exige que as comunidades se refiram a si mesmas como ‘remanescentes de quilombos’. Tendo em vista que as historicidades e formações territoriais são diferentes para cada uma das comunidades negras no Brasil, antropólogos e juristas entenderam a insuficiência da utilização do termo quilombo para caracterizá-las. Há, portanto, uma atribuição de uma classificação que pode ser estranha. ” (Pereira Natalia Demes Bezerra Tavares, 2013. p 1)

9º Trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política da educação escolar quilombola no início do III milênio.

Autor: Cassius Marcellus Cruz

Este texto foi produzido por Cassius Marcellus Cruz e tem por título: trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política da educação escolar quilombola no início do III milênio é romper com alguns interesses particulares para dedicar-se a implementação da política para construção da política acima citada. O autor relata que um dos entraves para dar continuidade ao projeto é a sucessão dos mandatos (2003-2006) / (2007-2010) onde ele se posicionou distante pois fazia parte do GTCM.

De 2005 a 2010. Este grupo é responsável pela implementação da 10.639/03, no estado do Paraná, lei assinada pelo então presidente Lula. O grupo referido também foi responsável pelo levantamento das comunidades remanescentes de quilombos e pela proposição pública de educação diferenciada para as comunidades quilombolas do Paraná.

O Contexto deste texto é de encruzilhadas que são caminhos que se fecham e se abrem. Em 2008 a comissão estadual de comunidades quilombolas de Pernambuco elaborou a carta de princípios da educação escolar quilombola e a secretaria de educação, por meio de sua coordenadoria da educação do campo criou um censo escolar quilombola.

A Presente pesquisa foi produzida no PPGE, é uma tese defendida pela autora Edimara Gonçalves Soares, no ano de 2012. a autora realizou a pesquisa no períodos de 2009 a 2011, verificou através de seu trabalho como a secretaria estadual de educação do Paraná, construía ações pedagógicas voltadas para as comunidades remanescentes de quilombo, isto ocorria no formato denominado pela secretaria como um exemplo de modelo nacional, até foram realizados esforços no sentido de que isto de fato acontecesse, mas isso não ocorreu devido a inocuidade destes esforços, e esta questão aconteceu pela ausência da secretaria estadual de educação, que não envolviam práticas pedagógicas de forma que se tornassem definitivas no ambiente escolar.

As comunidades remanescentes de quilombo foram prejudicadas pela carência nas dimensões de investimento e na infraestrutura dos estabelecimentos de ensino. O autor deixa bem claro esse fato na seguinte explicação:

“O presente relatório de pesquisa apresenta os capítulos e análises iniciais da dissertação intitulada trajetórias, lugares e encruzilhadas na construção da política de educação escolar quilombola no paraná no início do III milênio, cuja argumentação pretende explicitar o enredo das relações estabelecidas entre os agentes sociais, projetos e concepções de educação envolvidos na construção da referida política, bem como as “armadilhas” e possibilidades que se apresentam no atual contexto, caracterizado pela sucessão dos mandatos (2003-2006 / 2007-2010). Inicialmente é necessário explicitar que tal empreendimento exigiu, de minha parte, a tomada de atitudes de distanciamento, enfrentamento e comprometimento para desenvolver as abordagens aqui apresentadas. a atitude de distanciamento se refere ao fato de ter composto, durante o período de 2005 a 2010, os grupos de trabalho, comissões e equipes da secretaria de estado da educação (SEED) do Paraná e do grupo de trabalho Clóvis Moura (GTCM), que foram responsáveis pelo processo de implementação da lei 10639 (rodapé explicativo da lei e que foi a primeira assinada pelo então presidente lula) pelo levantamento básico das comunidades remanescentes de quilombo e “terras de preto” do estado do Paraná e pela proposição pública de educação diferenciada para às comunidades quilombolas do Paraná. Diante disso foi necessário adotar um posicionamento diferenciado das posições assumidas até então, seja como ativista vinculado ao coletivo de promoção da igualdade racial da APP sindicato dos trabalhadores da educação do estado do paraná, seja enquanto membro da equipe do GTCM ou na qualidade de técnico pedagógico da SEED.” (CELSUS, 2003 p.59)

10º Educação Escolar Quilombola: Quando A Política Pública Diferenciada É Indiferente.

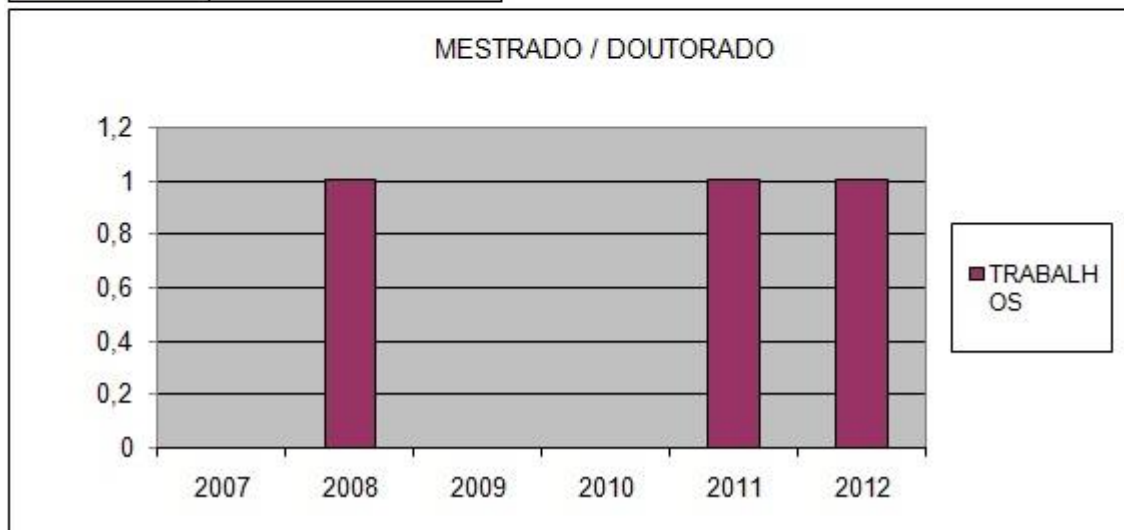
Autora: Edimara Gonçalves Soares

Neste momento a autora relata a despeito da implementação de uma política de educação quilombola, sua implementação indagando algumas questões cruciais para a educação escolar quilombola efetiva. A autora manifesta isso lembrando de todo o esforço empreendido.

“Quais são as dificuldades apontadas pelo quadro docente da escola, quilombolas, das escolas que atendem as CRQs, das lideranças quilombolas e dos alunos para que a política de educação escolar quilombola seja efetivamente implementada?”

GRÁFICO 1 - Datas e número de trabalhos concluídos de 2007 a 2012.

TRABALHOS ENTRE 2007 A 2012 - MESTRADO/DOUTORADO	
ANO	TRABALHOS
2007	
2008	1
2009	
2010	
2011	1
2012	1
Total	3

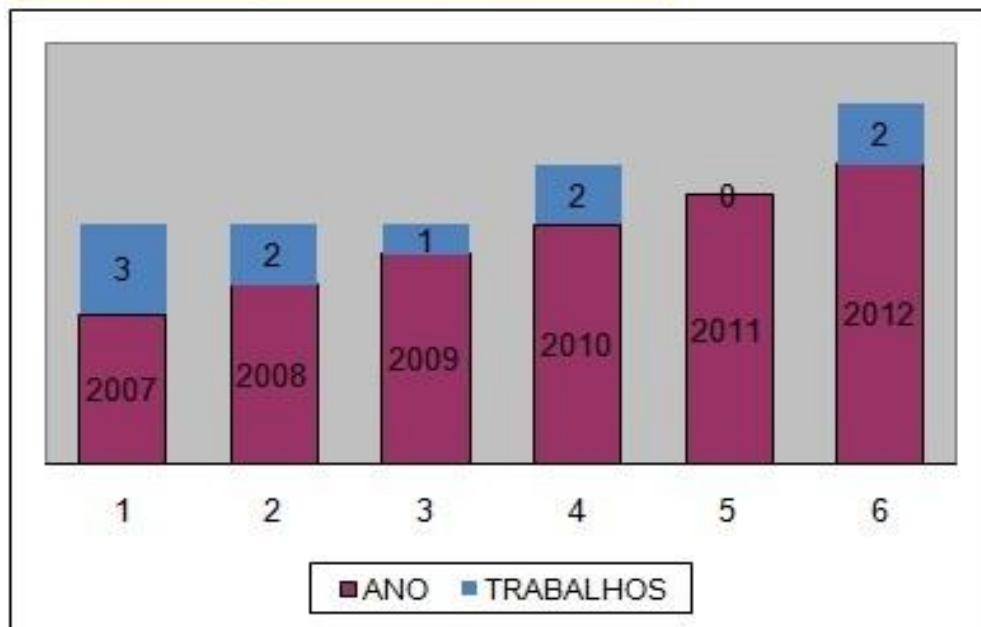


Fonte: Elaboração Própria

O gráfico 1 apresenta um resumo das obras concluídas em 2007 a 2012. Em total são apenas três trabalhos, o que indica a pouca produtividade na área de estudo.

GRÁFICO 2 - Numero de trabalhos sobre as CRQs

TRABALHOS SOBRE CRQs EM OUTROS DEPARTAMENTO UFPR	
ANO	TRABALHOS
2007	3
2008	2
2009	1
2010	2
2011	0
2012	2
Total	10



No gráfico 2 observa-se que a produção sobre as CRQs no período 2007-2012 foi de 10 obras.

4. CONCLUSÕES

Essa pesquisa foi realizada para analisar os trabalhos acadêmicos produzidos a respeito da educação escolar quilombola no estado do Paraná entre os períodos que compreendem 2007 a 2012. Foram mapeados os estudos onde o que mais evidenciou os mesmos foi a dificuldade em encontrar pesquisadores que se interessem por estas comunidades, poucas produções em formato de monografias, dissertações de mestrado e tese de doutorado. Este tema na universidade federal ainda está muito distante da realidade de conhecimento sobre a temática.

Sobre os trabalhos encontrados apenas três deles se referiam ao tema da pesquisa, foram analisadas 10 obras que fazem parte do acervo dos departamentos de ciências sociais e antropologia, setor de educação e setor de direito e, sendo que o setor com mais produções apresentadas neste trabalho é o setor ciências sociais.

Entre estes trabalhos está uma produção que merece destaque que é a tese do primeiro quilombola doutora em educação formada na universidade federal do paraná, tese defendida em 2012.

As produções referiam a várias áreas de dificuldades vividas pelos quilombolas a questão legal, agrária, ambiental, educacional, de direitos e territoriais.

O olhar dos cidadãos para as comunidades remanescentes de quilombo só se tornou real a partir da constituição de 1988, onde que direcionou que os estudos trabalhassem sobre essas comunidades, seus direitos e sua realidade.

Nas produções aqui analisadas a palavra quilombo ainda não se define com precisão, apesar de ser bem claro por quem pesquisa a temática que o que é verdade dessa definição é que quilombo são espaços de resistência à escravização não se pode negar.

Foi relatada ao longo das análises também a questão da educação com ênfase para a falta de preparo dos professores que não possuem habilitação para atuarem nas salas de aula e trabalharem efetivamente a acultura africana e afro-brasileira. O ensino nas comunidades tem que ser bem elaborado para que os quilombolas. Nas

comunidades quilombolas que frequentam as escolas são ensinados através de um currículo que não contempla a realidade rural sem considerar a descendência dos quilombolas.

Essa pesquisa monográfica teve a intenção de verificar por data qual o interesse dos acadêmicos na instituição em pesquisar sobre o tema “educação escolar quilombola” como esse tema estaria sendo discutido e conhecido a partir dos direitos dos quilombolas hoje em nosso país, e principalmente no estado do Paraná.

A ampliação da divulgação de informações sobre estas comunidades pode fazer parte da academia pois os quilombolas só serão conhecidos e beneficiados através das políticas públicas.

Os trabalhos mapeados nesta pesquisa possuem informações de muita riqueza e que devem ser apreciados com mais cuidado para os leitores, que assim poderão vivenciar um pouco mais da história desse povo tão sofrido por suas lembranças e sofrido por sua realidade de hoje que ainda é a sua aceitação como cidadão brasileiro.

Em geral, os resultados amostraram que o conhecimento acadêmico na UFPR sobre a CRQs é muito escasso; em cinco anos de pesquisa foram encontrados apenas 10 trabalhos. Isso revela a pequenez e o desconhecimento das CRQs. O interesse dos pesquisadores é muito insignificante uma vez que as CRQs é um grupo de cidadãos com direito como qualquer outro e foram aqueles e seus descendentes que construíram o Brasil.

A pesquisa foi desenvolvida nos departamentos de educação, setor de ciências humanas, letras e artes, o departamento de história e o setor de direito. Durante os cinco anos de pesquisa foram encontrados apenas dez trabalhos sobre a temática quilombola.

A Universidade Federal do Paraná tem efetuado ações para dar mais visibilidade as CRQs, porém as mesmas se realizam de forma lenta pois o tema não interessa aos políticos. A Universidade Federal do Paraná trabalha com o NEAB (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros) que tem um departamento de profissionais da educação,

mestres e doutores que incentivam o estudo da temática negra com recorte para a educação escolar quilombola. Este programa é feito através de encontros mensais com os membros do NEAB e de instâncias sociais ligados a temáticas raciais. Esta pesquisadora participa destes encontros sempre que possível representando o movimento social da sua localidade. Um dos temas mais abordados durante as reuniões é a questão da educação infantil quilombola e a formação dos professores que trabalham com a temática. Estes professores precisam de uma formação continuada para trabalhar com alunos das CRQs lhes proporcionando informação sobre sua cultura ancestral, e sua participação de continuidade da cultura dos seus descendentes.

As sugestões que repasso como pesquisadora da temática quilombola é baseada no direito do cidadão quilombola, regidas pelas diretrizes curriculares nacionais para a educação escolar quilombola na resolução nº8/2012 que esclarece no título IV “Da organização da educação escolar quilombola no Art.11 dizendo: “o calendário da Educação Escolar Quilombola deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas, econômicas e socioculturais, a critério do respectivo sistema de ensino e do projeto pedagógico da escola, sem com isso reduzir o número de horas letivas previstas na LDB.

O Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro, deve ser instituído nos estabelecimentos públicos e privados de ensino que ofertam a Educação Escolar Quilombola, nos termos do art.79B, com redação dada pela lei nº10.639/2003, e na resolução CNE/CPNº1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP Nº3/2004.” Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola (p.19)

RECOMENDAÇÕES

As práticas recomendadas estão baseadas no direito do cidadão quilombola, regidas pelas diretrizes curriculares nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Tal prática deve ser posta efetivamente em uso por profissionais devidamente capacitados para atuar nas escolas das CRQs.

Sugere-se que sejam feitas pesquisas sobre o processo de educação das crianças quilombolas nas séries iniciais nas CRQs, a formação dos profissionais que atuam nas CRQs, a alimentação dos quilombolas que moram nas CRQs e a ampliação das escolas nas CRQs.

REFERÊNCIAS

Bento, Silva Aparecida Maria (organizadora) “Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais>”

Bonilha Milano, Giovanna (2008). “Territórios, Cultura E Propriedade Privada: Direitos Territoriais De Quilombos No Brasil. ” (Dissertação De Mestrado Na Universidade Federal Do Paraná)

Brasil, Constituição Da República Federativa Do Brasil, Brasília, 5 De outubro De 1988. Disponível Em: [HTTP; WWW.Sanado.Gov.Br/Sf/Legislação/Const/](http://www.sanado.gov.br/sf/legislacao/const/). Acesso Em dez.2008 SEED

Cassius, Marcellus Cruz (2012) “Trajetórias, Lugares E Encruzilhadas Na Construção Da Política De Educação Escolar Quilombola No Paraná No Início Do III Milênio. ” (Dissertação De Mestrado Da Universidade Federal Do Paraná)

Cavaleiro, Eliane “ Do silencio do lar ao silencio escolar” racismo preconceito e discriminação na educação infantil editora contexto.

Centurión, Diosnel (2012). “Investigación Método y estilo” normas técnicas para trabajos académicos, científicos y periodísticos. Curitiba, Brasil: Editora CRV.

Cunha, Stela De A. (2005). Organizadora. “Falando Em Quilombo “A Implementação Da 10.639 Na Sala De Aula.

Demes Tavares Pereira, Natalia (2010) “Resistência A Re-Existência Ensaio Sobre A Identidade Quilombola No Paraná, ” (Monografia Na Universidade Federal Do Paraná)

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

-Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Escolar Quilombola- Algumas Informações- Brasília-DF 2011

-Diretrizes Curriculares Nacionais Para A Educação Escolar Quilombola Resolução Nº8/2012 CNE/CEB

-----Decreto Nº 4887 De 20 De Novembro 2003.Disponível Em<<http://www.Planalto.Gov.Br/Ccivil/03/Decreto/2003/D4887.Htm> Acesso Em 08 De Janeiro De 2014

-----Lei De Diretrizes E Bases Da Educação Nacional.Lei Nº9394 20 nov.1996.Diário Oficial Da União, Brasília 1996

-----Lei Nº 10.639.Inclui A Obrigatoriedade Da Temática “História E Cultura Afro-Brasileira” No Currículo Oficial Da Rede De Ensino. Diário Oficial Da União, Brasília,2003.

-----Lei 11.645.Inclui A Obrigatoriedade Da Temática “História E Cultura Afro-Brasileira E Indígena No Currículo Oficial Da Rede De Ensino. Brasília 2008.

-----Programa Brasil Quilombola, Brasília, 2005. Disponível em: <http://www.Mda.Gov.Br/Aegre/Arquivos/07881109471.Pdf>.Acesso Em: janeiro De 2014.

Escavando-O Conceito- De – Quilombo.Html Disponível Em <HTTP://Arqueafro.Blogspot.Com/2005/2010/>

Fanon, Franz (2008). ” Pele negra máscaras brancas” editora UFBA, Salvador.

Ferreira de Souza, Ariane Cristina (2009). “Políticas Públicas De Segurança Alimentar E Nutricional Da População Negra: Um Resgate Da Cultura Alimentar Em Comunidades Quilombolas. (Monografia Produzida No Setor De Ciências Sociais Na universidade Federal Do Paraná).

Foto 1 - <Http://Www.Panoramio.Com/Photo/46521770>

Frozza, Julia (2007). “Fontes Documentais E Cultura Material: Presença Indígena Nos Quilombo Dos Palmares (Dissertação De Mestrado Na Universidade Federal Do Paraná).

Fundação Cultural Palmares

Gonçalves Soares, Edimara (2008). “Do Quilombo À Escola: os Efeitos Nefastos Das Violências Sociais Silenciadas. (Dissertação De Mestrado Na Universidade Federal Do Paraná).

Gonçalves Soares, Edimara (2012). “Educação Escolar Quilombola: Quando A Política Pública Diferenciada É Indiferente. (Tese De Doutorado Na Universidade Federal Do Paraná)

Gonçalves, Ilton (2013). “Minha Triste E Alegre História De Vida”- (Organizadora Ana Josefina Ferrari Na Universidade Federal Do Paraná- Setor Litoral)

Grupo De Trabalho Clóvis Moura- Quilombos No Paraná-Relatório-2005/2010

Ingeborg Anni Rulf Cofré (2010). “Desafios do reconhecimento da diferença: Análise de dois processos de etnogênese de comunidades quilombolas no Paraná (Monografia na Universidade Federal do Paraná)

Kabengele, Munanga (2015). Origem Histórico Do Quilombo Na África-Revista USP, São Paulo: 1996. Disponível em <<http://www.Usp.Br/Revistaup/28/04-Kabe.Pdf>>Acesso Em janeiro.

Oliveira Salles, Jeferson - Especialização em educação no campo 2007- Setor de educação, Universidade Federal do Paraná, “Porque o pinhão cai longe do pinheiro”; O saber socialmente construído no conselho dos anciões o quilombo Paiol de Telha.

Prefeitura Municipal De São Paulo (1996). Extraído de “Navio Negreiro No Quilombo “Projeto Em Torno De Zumbi, USP, CNPQ, Exposição Na Estação Ciência, novembro De 1995 A junho De1996.

Secretaria De Políticas Da Promoção Da Igualdade Racial Da Presidência Da República-Portal Do Brasil-

Steuernagel Da Silva, Maicon (2007). “Vocês São Do Quilombo Não É? Identidade, Parentesco E Ruralidade na Comunidade Quilombola Do Militão Monografia De Especialização Em Educação Do Campo Na Universidade Federal Do Paraná.

ANEXOS

A. MICRORREGIÃO DE PARANAGUÁ - GUARAQUEÇABA - **CRQ COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DE BATUVA**

Grande parte do grupo veio de Cananéia, no Estado de São Paulo com os que integram a Comunidade de Rio Verde. Ilton Gonçalves da Silva líder da comunidade de Batuva, relata que uma sua ancestral chegou de navio e contava que outros dois navios afundaram durante a viagem. Outras famílias vieram de Xiririca (El Dourado Paulista) no Vale do Ribeira, em São Paulo, para terras “compradas” por Américo Pontes formando este quilombo onde a principal atividade é a rural, mas, como em todas as comunidades quilombolas, a vegetação é preservada.

As roças são comunitárias e o trabalho é feito por homem e por mulher. O cultivo mais importante para a alimentação é de mandioca, feijão e arroz. Para venda a banana é muito importante e também a mandioca transformada em farinha que vendem nas ruas de Guaraqueçaba. Entre os terrenos das famílias Pontes e Barreto há presença de sambaquis.

São referências geográficas do quilombo a Serra Grande e os rios Pasmado, Guaraqueçaba e Branco. As festas são para Santa Teresa em 15 de outubro e carnaval, sendo que Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, São João Bosco, São Benedito, Santo Antônio, Santa Rita e Santo Expedito são também venerados. A dança tradicional é o fandango.

Fonte:

file:///D:/Datos%20d/Archivos%20Personales/Downloads/Microrregi%C3%A3o%20de%20Paranagu%C3%A1%20-%20Guaraque%C3%A7aba%20-%20CRQ%20Batuva%20-%20Grupo%20de%20trabalho%20Cl%C3%B3vis%20Moura.html